



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

11/12/2014 - 3ª - Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Senhoras e senhores, bom dia. Bom dia, Srª Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 43 e 44, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, ambos aprovados em 21 de maio de 2014, de minha iniciativa, para debater a implementação das recomendações que constarão no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Esta audiência pública conta com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, ambas da Câmara dos Deputados.

Nós proceder em duas etapas. Para compor a primeira mesa, tenho a honra de convidar - e desde já agradecer - o Deputado Federal Assis do Couto.. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Para completar a nossa mesa, convido o Deputado Gil Vianna, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e também um ex-combatente da democracia. (*Palmas.*)

Na segunda mesa, nós teremos a participação de Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos; Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça; Ela Wiecko, vice-Procuradora-Geral da República; e a Deputada Maria do Rosário Nunes, ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero esclarecer que hoje teremos várias atividades que se iniciam com a presente audiência pública. Logo após, iremos até o *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, onde faremos um ato intitulado "Reconhecer é preciso, reviver nunca mais." Esse ato tem o objetivo de marcar o encerramento do ano como o ano da democracia, da memória e do direito à verdade para o Congresso Nacional e para toda a sociedade. No decorrer do ato, teremos o lançamento de dois importantes livros: *Brado Retumbante*, do escritor e jornalista Paulo Markun, e *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*, de Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

No período da tarde, teremos o Foro Legislativo Nacional de Direito Humanos pelo Direito à Memória, Verdade e Justiça, que ocorrerá na Câmara dos Deputados. Tudo isso dentro da semana de aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados; é, para nós, uma honra recebê-los. Esta Subcomissão foi criada com o objetivo de contribuir, colaborar e dar visibilidade a todo esse trabalho de recuperação da nossa memória histórica e também no sentido da promoção da justiça.

Com essas considerações, passo a palavra à Senadora Ana Rita, que é a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) - Bom dia a todos e todas.

Eu quero aqui, com muita satisfação, cumprimentar todos os representantes das comissões estaduais da verdade aqui presentes; quero cumprimentar também o Deputado Assis do Couto; o Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão e Justiça; também o Wadih, que se faz presente aqui, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e assim cumprimento também o Gilney Viana, Coordenador do Projeto Direito à Memória e Verdade, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e os demais presentes, que farão parte da segunda mesa de debate, de reflexão da Subcomissão de Direitos Humanos.

A apresentação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade se dá num momento muito simbólico. Primeiro porque "descomemoramos", neste ano, 50 anos do golpe civil militar. Segundo, porque após a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff, setores reacionários e de extrema direita têm saído às ruas, inclusive jovens, para pedir uma intervenção militar e o retorno da ditadura. Por certo são jovens demais para saber o real significado de um regime político dessa natureza.

Muito rapidamente quero aqui parabenizar a Presidenta Dilma por ter instalado a Comissão Nacional da Verdade, tão fundamental para que o Brasil pudesse trazer à tona a verdade de um período sombrio de nossa história. É preciso que o trabalho da Comissão não pare por aí. Sabemos das dificuldades que foram enfrentadas para que se pudesse ter acesso às informações, principalmente pela resistência por parte de setores importantes das Forças Armadas que não disponibilizaram os documentos necessários, nem colaboraram para que os crimes cometidos nos quartéis fossem apurados e responsabilizados.

Mais do que conhecer a verdade, recompor nossa história coletiva é fundamental para o avanço do processo civilizatório brasileiro, para o aprofundamento da nossa democracia que a atual Lei de Anistia seja revogada e os crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes de Estado punidos.

É preciso fazer justiça em relação a essas violações a direitos humanos para que possamos avançar no enfrentamento desses mesmos crimes que, infelizmente, se perpetuaram em nossa democracia, a exemplo dos crimes que continuam sendo cometidos contra os pobres, os negros, os indígenas, quilombolas, moradores de ruas e das periferias, a população LGBT. Espero que esse relatório seja um instrumento capaz de fazer avançar, neste Parlamento, pautas como a desmilitarização das polícias e o fim dos autos de resistência, legado nefasto deste triste período de nossa história.

No mais, a Comissão de Direitos Humanos está completamente à disposição para que as recomendações da Comissão Nacional da Verdade sejam observadas e cumpridas, além de ser parceira de primeira hora para que possamos consolidar cada vez mais nossa jovem democracia.

Reconhecer é preciso; reviver nunca mais.

Então, parabéns à Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, por ter tomado a iniciativa de articular esse momento tão importante. E quero aqui, em nome de todos os membros da nossa Comissão, agradecer muitíssimo a presença de todos vocês, em especial dos membros da Comissão Nacional da Verdade por fazerem aqui, no Senado Federal, a apresentação do conteúdo do relatório, que foi realizado com muita disposição e também com muita alegria durante todo esse período.

Então, agradeço profundamente a presença de todos vocês. E um bom dia para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

Vamos dar sequência, porque nós temos alguns convidados com problema de agenda, de tempo.

Eu apenas gostaria de destacar que o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça e o trabalho que nós também aqui realizamos tem o objetivo claro de fazer chegar as informações às novas gerações.

É fundamental que entendamos que a democracia só fez bem para este País; mas antes da democracia, nós tivemos uma página difícil de ser virada, e que terminou com o sacrifício de centenas de brasileiros e de brasileiras e que só agora vem a público por meio do relatório oficial do Estado brasileiro, que faz uma prestação de contas dos crimes praticados na ditadura. As consequências desse levantamento e da apresentação do relatório certamente será motivo de grandes debates daqui em diante.

Nós, Parlamentares, temos o costume de usar a palavra por muito tempo, mas não vou fazer isso, até porque um momento como este, para mim, é sempre muito difícil. O meu depoimento eu prestei num livro que eu escrevi, onde eu falo de tudo aquilo que nós passamos ao longo da prisão, toda essa fase dura que nós tivemos que enfrentar, muitos de nós que estão aqui presentes tiveram que viver para poder reconstituir a democracia brasileira.

Dando sequência, então, eu gostaria de começar ouvindo o Dr. Wadih Damous, que foi um grande colaborador nesse processo de recuperação da nossa memória.

Com a palavra, Dr. Wadih Damous, representante da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. WADIH DAMOUS - Senadora Ana Rita, Senador Capiberibe, saudando-os, eu saúdo a todos os componentes da Mesa, em particular meu colega Dr. Pedro Dallari, Coordenador da Comissão Nacional da Verdade. Quero, mais uma vez, agradecer o convite de estar aqui, novamente, colaborando com esta Subcomissão.

Obviamente quem vai falar com conhecimento de causa do relatório é o Dr. Pedro Dallari. Ainda não li o relatório, ainda não tive, Senadora, tempo de ler mais detidamente o relatório. Conheço as linhas gerais, até porque sempre mantivemos diálogo com a Comissão Nacional da Verdade. Mas ontem, na OAB, onde realizamos um ato público que foi muito bonito, carregado de simbolismo, eu dizia que era um momento histórico e que nós tínhamos que considerar, independentemente das críticas que aqui e ali se façam das restrições, que se façam ao trabalho da Comissão Nacional, nós tínhamos que entender que aquele era um momento histórico importante e que o relatório significava e significa um avanço político no que diz respeito às dimensões dos temas ligados à memória, à verdade e à justiça.

Só com muita má vontade - e já ouvi algumas declarações nesse sentido - nós podemos recusar a importância do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Tem que ter muita má vontade para se fazer isso.

Para considerar se foi um avanço, antes do relatório, antes do advento da Comissão Nacional da Verdade, das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais, comparando com hoje, é a mesma coisa? Não. Não é a mesma coisa. Nós avançamos. O relatório mostra isso. Há algumas frustrações? Há. Algumas dessas frustrações, e acho que a maior delas, isso todos nós reconhecemos, Dr. Pedro Dallari reconhece, e não se pode creditar à Comissão Nacional da Verdade a responsabilidade por isso, a maior frustração diz respeito aos desaparecidos políticos. Essa é a nossa maior frustração. Nós não podemos, até este momento, dizer aos familiares, dizer aos entes queridos dos desaparecidos onde eles foram enterrados, o que fizeram dos seus corpos.

O que nós temos até hoje são depoimentos de agentes daquela época, e esses depoimentos devem ser recebidos com cautela, porque esses indivíduos sempre agiram na sombra e com base na mentira. Então, o que eles falam, o que eles dizem não pode ser levado ao pé da letra. Não pode ser levada ao pé da letra a informação do ex-Delegado Cláudio Guerra - se não me engano -, que diz que corpos foram incinerados na Usina Cambaíba, em Campos, porque ele é desmentido pelo Coronel Paulo Malhães, por exemplo, que disse para nós: "Trata-se de um bravateiro, isso não é verdade, porque nós não iríamos entregar corpos para saírem pela estrada de Petrópolis até Campos para serem incinerados". Então, quem está falando a verdade: o Cláudio Guerra, Paulo Malhães, ou os dois mentiram? Então, essa parte, essa dimensão dos desaparecidos resta em aberto.

A Comissão Nacional está encerrando seus trabalhos dia 16. Se não me engano, Pedro, ela encerra definitivamente a sua atuação, e vai caber às comissões estaduais da verdade, ao Ministério Público, à Comissão de Mortos e Desaparecidos darem continuidade a esse trabalho, que, aliás, era um trabalho que precedia a própria criação da Comissão Nacional da Verdade.

Às vésperas do fechamento do relatório, a Comissão Nacional foi informada do aparecimento de duas ossadas. Uma delas já identificada. A outra, há a possibilidade de se tratar da ossada de Stuart Angel. E nós vamos dar continuidade a isso, nós vamos, enfim, continuar com essa linha de investigação. O que nós pretendemos é tomar do relatório algumas de suas recomendações como roteiro de atuação, por exemplo, na nossa comissão. Acho que as comissões estaduais, a partir do relatório, deveriam promover um encontro nacional das comissões estaduais, das comissões municipais, no sentido de tomar algumas das recomendações e algumas das linhas de investigação da Comissão Nacional, e, no que diz respeito ao âmbito de cada uma, dar andamento em linha de continuidade àquilo que foi iniciado pela Comissão Nacional da Verdade.

Então, eu acho que as recomendações do ponto de vista de se preocupar com o cenário brasileiro atual, andou bem. Nós temos recomendações de políticas públicas na área de segurança, com a recomendação para o fim dos autos de resistência, desmilitarização da polícia, que são mazelas que se intensificaram à época da ditadura.

Nós sabemos que a tortura não foi inventada pela ditadura, aliás os militares aprenderam a torturar com a polícia. Não faz parte, ou não fazia parte da formação dos integrantes das Forças Armadas Brasileiras o ensino da tortura. Eles foram ensinados pela polícia, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, e isso está plenamente documentado hoje, através de depoimentos. Se graduaram com a polícia e se pós-graduaram nas escolas das Américas, mas os professores primeiros foram as forças ordinárias de segurança pública.

Então, Senador Capiberibe, a tortura precedeu à ditadura, foi aperfeiçoada na ditadura e continua depois da ditadura. Mortes em confronto como farsa foram aperfeiçoadas pela ditadura e continuam hoje sob o nome de autos de resistência. Então, nós temos que interpretar as recomendações, que são extensas, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, e lutar, a partir do relatório, para que se transforme em políticas públicas, da formação das nossas Forças Armadas.

As nossas Forças Armadas têm uma formação que remonta à Guerra Fria, baseada no inimigo, agora no inimigo interno, antes era o cenário de guerra fria, em que havia o inimigo externo, que tinham as quintas colunas, aqui no Território Brasileiro, e que tinham que ser combatidas. Hoje o inimigo interno são os pobres, negros, jovens, favelados das nossas periferias, que acabam se tornando alvo da noção do inimigo. Então, nesse sentido, as recomendações, constantes do relatório da Comissão Nacional da Verdade, devem ser levadas como luta para que se transformem em políticas públicas.

E, por último, é sempre bom ressaltar as dificuldades que temos todos nós que estamos trabalhando com essas questões ligadas à memória, à verdade e à justiça, aqui no Brasil. Dificuldades de natureza institucional. As Forças Armadas Brasileiras não colaboram. Não colaboram. É algo que, efetivamente, nos envergonha. As dificuldades que nós tivemos, ao longo de todos esses anos, de conseguir documentação, de ouvir os ex-agentes, foram dificuldades quase que intransponíveis. E isso, efetivamente, acaba condicionando o trabalho das comissões. Embora a atual geração de militares não tenha participado da barbárie daquele tempo, mas o seu silêncio e a sua falta de colaboração tornam essas novas gerações coniventes com o que aconteceu nos idos de 70, na época da ditadura militar. Acabam se tornando cúmplices, porque acobertam os crimes dos seus antecessores. E isso é algo que acaba por influenciar negativamente no trabalho das comissões. O melhor que as Forças Armadas Brasileiras fariam para tirar essa mancha da sua imagem, da sua reputação, era colaborar. Infelizmente, não foi esse o caminho adotado.

E as dificuldades da Comissão Nacional, das comissões estaduais, já começaram na própria tramitação da lei. Os debates parlamentares acerca da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade mostram que já se tentaram criar obstáculos ali, ao estender, por exemplo, o tempo de investigação.

Como é que em dois anos vai se investigar um período de 1946 até 1985? E uma série de outros obstáculos que, ao fim e ao cabo, nós procuramos contornar da melhor maneira possível. Muitas vezes, não logramos êxito...

(Soa a campanha.)

O SR. WADIH DAMOUS - ... em determinados objetivos exatamente por conta desses obstáculos institucionais.

Eu quero aqui, mais uma vez, reiterar as felicitações que fiz ontem à Comissão Nacional da Verdade. Trata-se de um documento importantíssimo. Vai caber a nós, agora, sobretudo às comissões que sobrevivem à Comissão Nacional da Verdade, dar andamento, dar continuidade a essas linhas de investigação e aprofundar as linhas gerais que foram traçadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Então, basicamente é isso. Muito obrigado. Obrigado, Senadora Ana Rita; obrigado, Senador Capiberibe.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Nós é que agradecemos, Dr. Damous. Obrigadíssimo por sua presença.

Eu lembro que esta Comissão se deslocou ao Rio de Janeiro, tanto é a dificuldade que a Comissão Nacional da Verdade enfrentou e nós também enfrentamos. A primeira visita feita a um espaço das Forças Armadas pela Comissão do Rio foi com a nossa presença lá no quartel da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Antes isso era quase impossível. Foi impossível realizar essas visitas e verificar os locais, porque a tortura aconteceu exatamente nos prédios, nas repartições do Estado. Havia a parte clandestina, mas a tortura se praticava a menos de 200m do Palácio do Planalto, com o tivemos a oportunidade de ouvir relatos de jornalistas de Brasília que foram presos e torturados no Comando do Estado Maior do Exército. Então, era muito próximo daqui.

Eu gostaria de registrar um encaminhamento, um ofício enviado pela Comissão Estadual da Verdade da Bahia, que apresenta o jornalista Francisco Ribeiro dos Santos Neto, que representa a Comissão Estadual da Verdade nesta audiência pública. Eu gostaria que o jornalista se apresentasse, só para a gente o conhecer.

Muito obrigado pela presença da Comissão da Bahia. *(Palmas.)*

Nós temos aqui o depoimento do jornalista Pinheiro Salles, da Comissão Nacional da Verdade. Muito obrigado. Eu gostaria que o jornalista também se apresentasse. *(Palmas.)*

E aqui está o livro, que nós vamos lançar na Câmara dos Deputados, chamado *Um Homem Torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*. As autoras do livro estão aqui, a Leneide Duarte-Plon e a Clarisse Meireles.

(Palmas.)

Obrigado pela presença.

Vamos ouvir, agora, o Presidente da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, Dr. Pedro Dallari - com a palavra.

O SR. PEDRO DALLARI - Muito bom dia, Senadora Ana Rita. É uma satisfação estar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado da República, em evento organizado pela sua Subcomissão de Verdade, Memória e Justiça, que tem à frente o valoroso Senador João Capiberibe, a quem saúdo. Quero também saudar os meus companheiros de Mesa, Deputado Assis do Couto; Dr. Wadhi Damous; Gilney Viana, com quem compartilhei nesses últimos meses muitas conversas em torno, justamente, do trabalho da Comissão Nacional da Verdade. Foram parceiros muito importantes, aos quais eu registro o agradecimento da Comissão. Quero saudar todos os que vão participar deste evento também companheiros de caminhada, minhas senhoras e meus senhores.

Ontem, a Comissão entregou o relatório à Senhora Presidenta da República, cumprindo, assim, disposição da lei que instituiu a Comissão, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Senhora Presidenta da República em novembro de 2011, e, nesse sentido, deu atendimento à disposição do art. 11, que estabelecia que, ao final das suas atividades, assinaladas para 16 de dezembro de 2014, portanto daqui a cinco dias, nós deveríamos apresentar um relatório que contivesse a descrição das atividades da Comissão, os fatos investigados e as conclusões e recomendações. E foi isso o que nós fizemos.

Antecipamos em alguns dias para poder fazer com que a data de entrega do relatório coincidissem com o Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, para expressar que esta iniciativa é mais uma naquela caminhada permanente em prol dos direitos humanos e da sua promoção.

Fizemos também a entrega à sociedade - meu colega Wadhi Damous já mencionou o evento na Ordem dos Advogados do Brasil, algumas pessoas aqui estavam presentes --, foi um gesto da Comissão entregar o relatório à sociedade brasileira e lá fizemos a apresentação do relatório.

Vimos ao Congresso Nacional; aqui entregamos este conjunto de oito tomos, correspondentes a três volumes, 4.400 páginas, ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, exatamente porque era nosso entendimento que, se não fosse o Congresso Nacional, a Comissão não teria nascido com o peso que teve.

Um dos diferenciais importantes da Comissão Nacional da Verdade do Brasil é não ter sido instituída por decreto ou por ato presidencial, mas, sim, por lei votada pelo Congresso Nacional. Isso nos deu uma autonomia muito importante.

Procuramos nesses últimos três dias agendar a entrega também ao Presidente da Câmara dos Deputados. Infelizmente, S. Ex^a não teve disponibilidade de agenda e, por isso, não conseguimos fazer, como era o nosso desejo, a entrega também à Câmara dos Deputados.

Entregamos o relatório ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e entregamos o relatório ao Procurador-Geral da República, Dr. Janot.

Portanto, procuramos na data de ontem prestar contas do trabalho realizado pela Comissão, em atendimento ao mandamento legal.

Foi-me pedido que fizesse uma breve apresentação sobre o relatório. Então, eu vou tomar alguns minutos do Senador Capiberibe para fazê-lo na mesma metodologia. E peço desculpas para aqueles que estiveram ontem na OAB, que eu usei na data de ontem a que me parece a mais adequada, que é apresentar o relatório assim como todos os milhões de brasileiros podem ver.

Então, eu vou pedir aos colegas que estão nos ajudando aqui que coloquem no ar o *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vocês vão ver o relatório exatamente como qualquer pessoa que está na sua casa pode ver. Então, vocês podem entrar no *site* da Comissão Nacional da Verdade. Vão entrar na matéria do relatório e tem lá "faça o *download* do relatório".

Como é um volume de informação muito grande, é muito pesado, eles estão separados nesses nove blocos, mas isso não significa nove volumes ou nove tomos. São nove instrumentos de acesso.

O relatório está dividido em três volumes. O primeiro volume se refere à parte geral, que foi elaborada de maneira estritamente vinculada à observância da lei. Eu peço, então, que você abra, por favor. Vinícius, por favor, abra o primeiro volume.

Pode ir baixando, a primeira página é em branco, mesmo. Vai baixando um pouco. Você tem que ir baixando suavemente pela setinha da direita, porque o documento é muito grande.

Então, o volume um do relatório. Eu gostaria que você fosse até o índice, Vinícius. Há lá os membros da Comissão. É um livro. Na verdade, o que nós estamos colocando no *site* é fac-símile do que está oficialmente publicado. Os membros, toda a equipe que trabalhou.

Aqui estão mencionados, nesse expediente, todos os que trabalharam na Comissão Nacional da Verdade e todas as comissões parceiras com as quais fizemos convênios, todas as comissões estaduais, municipais e setoriais.

Descendo mais um pouco, vamos ao índice, pode parar aí.

Após a apresentação, a parte I, que contém dois capítulos, responde justamente à determinação da lei de que o relatório deveria conter as atividades da Comissão Nacional da Verdade. Então, o Capítulo I fala da criação dos antecedentes, as experiências internacionais e atividades estão no Capítulo II, bastante abrangente, inclusive uma parte que eu menciono porque ela está dando uma certa confusão, que é a Seção C, que fala do relacionamento com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Outro dia até saiu uma notícia de que as Forças Armadas iriam listar todos os documentos que eles haviam entregue à Comissão Nacional da Verdade. Aí eu disse ao jornalista: "Não precisa, nós já listamos." Então, na Seção C, eu digo claramente tudo que nós recebemos, as diligências que fizemos, ou seja, não tenho nenhum tipo de perspectiva de ficar falseando as informações. As divergências que existem são de matéria substantiva, e elas estão explícitas.

Aquilo que nós recebemos nós reconhecemos, e ontem fiz questão de dizer na manifestação à Senhora Presidenta que o relacionamento institucional como Ministério da Defesa sempre foi muito bom. Nós não temos problema de relacionamento com o Ministério da Defesa. O que nós não temos é informação. É outra história. Quer dizer, não há substância, mas o relacionamento é muito cordial.

A parte II trata das estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos, que é outra determinação, porque a lei nos obriga a apurar os fatos de maneira circunstanciada, identificando estruturas e instituições, locais e autorias. Foi o que fizemos.

Então, a parte II está ali, com os capítulos que tratam da parte das estruturas. Há um contexto histórico, depois os órgãos e procedimentos de repressão política; depois, as conexões internacionais no Capítulo V e a Operação Condor, que é enfocada, especificamente, no capítulo mais abaixo, no Capítulo VI.

A parte seguinte, a parte III, tem os métodos e práticas nas graves violações aos direitos humanos. Aqui eu quero sublinhar o seguinte: quando a lei fala em graves violações de direitos humanos, o que ela entende por "graves violações dos direitos humanos"? Nós fomos de uma fidelidade absoluta à lei. Ela fala em tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, seguindo o padrão internacional.

Nós acrescentamos a isso a abordagem das detenções ilegais. Por quê? Porque a detenção ilegal é a porta de entrada para essas outras infrações de natureza penal. Portanto, nós, após fazermos, no Capítulo VII, um quadro conceitual para mostrar que nós iríamos trabalhar em cima de um quadro de referência consistente do ponto de vista teórico, fomos percorrer cada um desses tópicos.

No Capítulo VIII, detenções ilegais e arbitrárias. descrevem-se os procedimentos, as práticas, com farto testemunho. Todo o relatório é permeado por testemunhos das vítimas, por depoimentos de terceiros, ou seja, nós procuramos fazer do documento do documento um documento vivo.

O Capítulo IX vem na sequência e trata de tortura. No Capítulo X, nós desmembramos, no enfoque da tortura, a temática da violência sexual, da violência de gênero e violência contra crianças e adolescente, que é algo que nos chocou enormemente e aparece como um padrão. Ou seja, a violência sexual não era algo que era apenas produto da barbárie daquele que torturava. Era um procedimento que tinha método para procurar desestruturar aqueles que eram torturados.

No Capítulo XI, execuções e mortes decorrentes de tortura. Vejam que são capítulos longos, com 60 páginas, 70 páginas, 80 páginas. No Capítulo XII, desaparecimentos forçados, que estão associados à ocultação de cadáver.

Então, vejam que a preocupação da Comissão foi não ser opiniática. Não há análise, é fato. Fato! Essa é uma recomendação que eu dou muito às comissões da verdade estaduais e municipais, que vão fazer os seus relatórios.

Quanto mais o relatório trabalha no universo dos fatos mais consistente ele é. Opinião todo mundo tem, mas contra fatos bem identificados não há argumentos, daí a força do nosso relatório.

Depois, seguindo, a parte IV fala da dinâmica das graves violações dos direitos humanos, casos emblemáticos, locais e autores. Nós falamos, no Capítulo XIII, dos casos emblemáticos, alguns casos que têm importância até para entender a estrutura da repressão, como o caso do Rio Centro, por exemplo.

O Capítulo XIV é dedicado à Guerrilha do Araguaia porque nós entendemos que é um episódio de relevância nesse contexto todo e que merecia esse enfoque.

O Capítulo XV, que venho chamando de "atlas do terror", instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos. Nós listamos uma a uma; algumas pela sua relevância em termos do número de vítimas com mais destaque,

mas todas estão listadas porque nós identificamos, tanto as unidades militares e policiais; depois, a estrutura clandestina, cujo marco para nós é a Casa da Morte de Petrópolis, em 1971. Embora já houvesse algumas unidades que operassem antes, a Casa da Morte é o marco, e os navios-prisões, que é pouco conhecido do povo em geral.

Depois, o Capítulo XVI, que está dando grande polêmica aí, e chamando mais atenção: autoria das graves violações de direitos humanos. A crítica vem de todos os lados. Ou seja, que nós não devíamos ter feito isso, porque não é algo que seria adequado fazer a essa altura, passados já tantos anos; nunca se fez isso dessa maneira; ou, então, faltou gente.

Eu vou dizer para vocês a única razão pela qual a gente fez isso: é porque a lei manda. A lei diz que nós temos identificar a autoria. Portanto, nós identificamos a autoria. Recolhemos tudo que tinha de informação em todos os casos ao longo do relatório e fizemos uma lista de 377 pessoas. Classificamos por três categorias e desenvolvemos, embora não seja a especialidade de nenhum dos membros da Comissão de Direito Administrativo ou procuramos trabalhar uma categorização distinguindo a responsabilidade político-institucional que envolve, por exemplo, os Presidentes da República; a responsabilidade pela gestão de estruturas, que envolve a administração dos locais de repressão; e a autoria direta de graves violações pela prática de ato de tortura.

Fizemos, em relação a cada um dos 377 nomes, a identificação da imputação que está sendo dada. No caso daqueles de autoria direta, vocês vão verificar, no Capítulo XVI, inclusive a identificação das vítimas que estão associadas àquele caso.

Depois, no Capítulo XVII, fizemos uma abordagem sobre o Judiciário na ditadura, ou seja, para focar como a ditadura não só introduziu uma política de Estado baseada nas graves violações dos direitos humanos, como, em paralelo, através do AI-5, neutralizou o Judiciário para que ele não pudesse exercer o monitoramento daquela política de Estado.

Todo o nosso esforço foi para demonstrar que essas graves violações foram produto de uma ação muito orquestrada do Estado brasileiro e era, realmente, uma política de Estado.

Finalmente, a parte V tem um único capítulo, conclusões e recomendações. Está lá o conjunto de quatro conclusões e 29 recomendações. Nós evitamos fragmentar as recomendações em 500 recomendações de varejo. Nós procuramos tratar daquilo que nos parecia mais importante, mais relevante, como decorrência das investigações da comissão.

Então, esse é o volume 1 do relatório, que responde de maneira estrita ao que está na lei. Em tese, é o que nós teríamos que ter entregue. Peço, então, ao Vinícius que localize o volume 2 para nós, esse é um tomo só. Desça lá para o índice, Vinícius. Ele reflete um conjunto de textos autorais - aumente um pouquinho, porque eu já não consigo enxergar e imagino que tenho alguns colegas jovens há mais tempo que também já não conseguem -, de responsabilidade individual.

Não são textos aprovados ou votados pela Comissão, mas a Comissão reconheceu que houve um esforço muito grande de grupos de trabalho em produzir uma investigação sobre aspectos de segmentos sociais, o impacto das graves violações sobre esses segmentos sociais, e nós entendemos que era importante acolher isso no relatório. Então, não é parte daquilo que foi deliberado pelo Colegiado, mas o Colegiado entendeu ser relevante incorporar, e esse volume 2, então, tem esses textos. No começo de cada um, há identificação do membro do Colegiado responsável pelo texto e da equipe que trabalhou.

Então, tratamos das violações dos direitos humanos no meio militar, no meio dos trabalhadores, dos camponeses, das igrejas cristãs, dos povos indígenas, da universidade.

Há dois textos no final - abaixa um pouquinho, Vinícius, para a gente conseguir ler -, três textos que tratam de ditadura e homossexualidades, que é uma abordagem bastante inovadora; civis que colaboraram com a ditadura. E, no 9, a resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos. São textos que não estão naquela estrutura do volume 1, mas que nós achamos que trazem muitos elementos. Uma parte do material deles até é aproveitado no volume 1, quando se fala das vítimas, quando se fala das pessoas, mas aqui o corte é diferente. O corte é por segmento social, não pelos métodos ou estruturas.

Finalmente, o volume 3 é o mais extenso, são três mil páginas, os que estão de capa branca, cinco tomos do volume 3, que versam sobre as vítimas. São 434 vítimas, entre mortos e desaparecidos políticos, de quem nós tivemos a preocupação de fazer uma ficha, um perfil de cada um deles, enfocando a história de vida e de morte. Então, tem a lista completa.

Eu queria, Vinícius, que você fosse a uma das fichas que abrimos lá, em um dos volumes, vá a outro volume que já tínhamos aberto, para vocês verem. Pegue cada pessoa, vai baixando devagarinho. Tem toda a biografia - esse método se aplica a todos os 434 casos -, a biografia da pessoa, considerações sobre o caso até a instituição da CNV. Então, o tempo todo, a gente homenageia muito quem nos antecedeu. Nós não começamos essa investigação; desde a década de 70, as vítimas vêm sistematizando informações; valemo-nos imensamente das comissões já instituídas no âmbito do Estado: a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, originalmente, que depois passou à SDH - vejo aqui a sua Presidente, que quero saudar -; a Comissão de Anistia. E, do ponto de vista da sociedade civil, os comitês populares de verdade, memória e justiça; os grupos de familiares.

Então, a gente procura focar o que já havia. Circunstâncias de desaparecimento e morte. Nós procuramos fazer aquilo que a lei mandou, a circunstanciação do evento. Pode baixar mais um pouquinho. Muito detalhado sempre. Mais um pouco. Vejam que são textos longos. Depois, o local do desaparecimento, a identificação de autoria. Aqui, para cada caso, nós estabelecemos a cadeia de comando do caso. Qual era a cadeia de comando que impactou aquele caso? Quais os órgãos em que a pessoa passou e, dentro de cada órgão, qual era a cadeia de comando, até se chegar aos perpetradores diretos. Pode baixar mais um pouquinho. Autoria direta, o nome dos agentes. Vejam que houve um cuidado. Pode haver erro? Sem dúvida. Em 4.400 páginas vai haver algum erro, alguns, muitos, mas houve um trabalho muito meticuloso para que não houvesse, naquele Capítulo XVI, imputações que pudessem ser desqualificantes do capítulo.

Pode baixar mais um pouquinho.

Aqui nós listamos, até para auxiliar a continuidade das investigações, todas as fontes que utilizamos para apurar aquele caso específico, todos os documentos no arquivo da Comissão Nacional da Verdade, como se localiza aquele documento, porque todo esse acervo vai para o Arquivo Nacional. Então, qualquer pesquisador, com base nisso, terá acesso direto aos documentos, porque nós sabemos que essa investigação tem que ter continuidade. Isso tudo está no *site* da Comissão, acessível a todos.

E, da mesma maneira que a Comissão não foi o princípio da investigação, ela não é o final. Quer dizer, o que estamos oferecendo à sociedade é uma plataforma que sistematizou um conjunto enorme de informações que herdamos. Nós procuramos melhorar, acrescentar, aperfeiçoar e oferecemos à sociedade brasileira na forma de uma base de dados que está muito organizada e, portanto, facilitará o trabalho das comissões da verdade que vão ainda trabalhar ao longo de 2015, das entidades, da sociedade civil, da universidade, da imprensa investigativa, do Parlamento brasileiro. Ou seja, há um conjunto enorme de dados que vão levar algum tempo para serem digeridos. Nós procuramos organizar toda a informação para facilitar o máximo possível o leitor. É uma obra de referência. Ninguém lê isso aqui como se fosse um romance. Os índices foram bem estruturados para que as pessoas possam ir ao foco do que interessa na investigação. Então, esse cuidado com o método, com a apresentação foi algo com que a Comissão teve preocupação o tempo todo.

Finalizo falando das recomendações. Eu não vou me deter a todas elas, mas falo das recomendações a partir das nossas frustrações. Nós temos duas frustrações, dois objetivos que não conseguimos alcançar e, então, recomendamos para aqueles que vêm depois de nós, porque no dia 16 nós seremos história, não teremos mais existência.

A primeira delas, que já foi mencionada pelo Wadih Damous - eu não tenho nenhum problema em ter reconhecido publicamente: nós não conseguimos avançar na localização dos desaparecidos, dos restos mortais dos desaparecidos. Tentamos, nos empenhamos ao máximo, mas foi algo que fica ainda por ser feito.

Nós localizamos e entregamos à família o corpo, os restos mortais de Epaminondas de Oliveira. Localizamos, mais recentemente, os restos mortais de dois desaparecidos no Rio de Janeiro, que estavam enterrados como indigentes. Nós conseguimos estabelecer a relação. Não entregamos os restos mortais, porque terá que se fazer, agora, a exumação para a comprovação. Avançamos em alguns casos. Temos informações bastante substanciais de casos que nunca vão ser equacionados, porque os corpos foram ou incinerados ou jogados no mar. Temos indicações precisas nesse sentido. Portanto, esses restos mortais não vão ser localizados. Agora, há um volume enorme de casos que podem e devem ser localizados. Nós temos a existência já de ossadas que ainda dependem de apuração. Nós avançamos nisso, mas pouco.

Um dos legados importantes da Comissão - e nós apoiamos mais do que foi propriamente nossa responsabilidade; tem mais a ver com a Secretaria de Direitos Humanos, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo - foi a constituição, na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), de um centro de antropologia forense para analisar, inicialmente, o caso das vítimas da vala comum do cemitério de Perus, em São Paulo. Isso é importante porque não só vai se fazer a análise desses casos, mas se cria, na universidade, uma estrutura permanente, que é um legado da Comissão, é algo que vai ficar depois como um centro, que não temos no Brasil, que faça isso em bases permanentes e na universidade, que não é o espaço da polícia, não é o espaço que pode, enfim, não ter, talvez, a autonomia ou a independência para fazer isso.

Há o caso das ossadas do Araguaia, que estão aqui na UnB, ainda sob custódia da Polícia Federal, ao que teremos que dar seguimento, mas me parece que isso é fundamental e envolve as Forças Armadas.

No caso do Araguaia, as Forças Armadas sabem onde estão os corpos dos desaparecidos, porque todos morreram ali num contexto de uma operação militar. O Exército e as Forças Armadas fizeram enfrentamento, prenderam as pessoas, executaram-nas e desapareceram com o corpo.

Então, quem sabe? Quem fez isso. Não tem milagre, está certo? Enquanto não houver a informação, não vai se saber. E elas precisam reconhecer onde estão os corpos. Por mais que tenhamos insistido, não conseguimos essa informação.

A segunda frustração, que tem a ver com essa... E aqui eu encerro no Senado Federal. É bom fazer aqui, porque acho que aqui há uma questão institucional importante, que é a seguinte: não é possível que as Forças Armadas continuem sem reconhecer a responsabilidade institucional que tiveram nesse episódio. (*Palmas.*)

É inaceitável! A Comissão Nacional da Verdade não é uma ONG, com todo respeito que merecem as ONGs. É um órgão do Estado brasileiro. Fez uma apuração meticulosa. Ao longo do ano, foi apresentando relatórios preliminares de pesquisa que mostravam esse caráter de política pública do Estado brasileiro na adoção de violações de direitos humanos. E a todo momento as Forças Armadas diziam que não se manifestavam sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, o que já era esquisito, porque, se a Comissão é um órgão de Estado, e um órgão de Estado está falando que outro órgão fez alguma coisa, como o órgão não se manifesta? Tem que se manifestar. Enfim, estavam aguardando o relatório. Pois bem, agora há o relatório.

Eu não tenho nenhuma dúvida do compromisso democrático das Forças Armadas contemporâneas. Não tenho nenhuma indicação de que tenha algum tipo de viés antidemocrático ali, mas o fato concreto é que esse silêncio gera, naturalmente, insegurança na sociedade, porque se, expostos todos esses fatos, todo esse quadro, essa cadeia de comando, as Forças Armadas ficarem em silêncio, esse silêncio vai ganhar uma eloquência enorme, vai significar que não há por parte das Forças Armadas ainda a convicção de que não tenha sido correto fazer o que fizeram e, portanto, de que isso não possa vir a ser uma alternativa no futuro. Na medida em que as Forças Armadas reconheçam que houve graves violações, que houve o protagonismo das Forças Armadas nisso, que não deveria ter acontecido isso e que não vai acontecer mais isso, isso representará a superação desse período da história. Claro, vai continuar a temática da responsabilidade individual, o Judiciário vai discutir, agora, uma série de casos, se há no Parlamento propostas de revisão da Lei de Anistia. Isso vai ter sequência, mas, do ponto de vista institucional, o silêncio das Forças Armadas agora será algo grave - será algo grave! -, porque...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PEDRO DALLARI - ...não há razão para que não haja uma explicação do que houve.

E aí eu acho que o Parlamento brasileiro tem um papel muito importante, Senadora Ana Rita e Senador João Capiberibe. O Parlamento vota o orçamento deste País. As Forças Armadas têm recebido enorme apoio do Parlamento e da sociedade brasileira. Hoje, os maiores investimentos ou gastos públicos no Brasil, individualmente tomados, são com as Forças Armadas. O maior investimento, hoje, no Brasil é o submarino em propulsão nuclear que está sendo desenvolvido pela Marinha. O Parlamento aprovou um orçamento com recursos substanciais para a renovação da frota de jatos na Força Aérea Brasileira, com a compra dos jatos suecos Gripen no começo deste ano. Há um investimento substancial de recursos para a Embraer para o desenvolvimento do cargueiro que vai substituir os aviões cargueiros Hércules, que são muito antigos. E a sociedade tem apoiado isso. A sociedade tem dado respaldo às Forças Armadas. O Parlamento tem votado as verbas orçamentárias. Não há reciprocidade, no entanto. Esse gesto que está existindo de apoio não está sendo retribuído pelo reconhecimento das Forças Armadas do que houve no passado. Não há contribuição no sentido da reconciliação nacional, que só virá com esse reconhecimento. Não é um detalhe, é algo fundamental do ponto de vista institucional, porque, se é publicado um relatório com esse cuidado, com essa densidade, com essa acolhida pela sociedade brasileira, que está sendo muito importante... Foi muito interessante: ontem, fui ao plenário do Senado e conversei com Senadores de diversos partidos. Não há oposição ao que foi apresentado. Essa não é uma temática que está dividindo o País, como outras temáticas. Essa não é! Então, não há sentido.

Acho que o Senado Federal tem uma responsabilidade nisso. A todo momento, vêm aqui os comandantes militares e o Ministro da Defesa, discutem-se projetos para as Forças Armadas.

É importante colocar na pauta do Senado e da Câmara, nesse diálogo com as Forças Armadas por que as Forças Armadas, então, não reconhecem que houve esse quadro. Porque também o silêncio do Senado e da Câmara acabará reforçando essa ideia de que esse é um assunto que se esgota no relatório da Comissão.

É evidente que não estou aqui querendo fomentar nenhum tipo de crise institucional. Antes de tudo, sou de família mineira, está certo? Quer dizer, não tenho nenhum tipo de vocação para atear fogo no circo, mas é importante que haja esse gesto, porque esse gesto vai representar, realmente, uma solução definitiva.

Portanto, de todas as recomendações do relatório - e são todas importantes -, a primeira é a mais importante, a meu ver, mais até do que a temática da responsabilidade individual - mais até! Sei que o que estou falando pode ter certa polêmica, mas mais até! É a responsabilidade político-institucional das Forças Armadas pelas graves violações que ocorreram no Brasil no período de 1964 a 1985, que ocorreram em próprios do Estado, com funcionários do Estado, a partir de uma política de Estado. Portanto, tem que haver o reconhecimento disso pelo Estado e pelo órgão que deu protagonismo a isso, está certo?

Senadores, desculpando-me um pouco por ter me estendido no tempo, espero ter apresentado, com isso, para a plateia tão importante e significativa, mais do que o relatório, a exposição de motivos, vamos dizer assim, a lógica que está por trás da estruturação desse relatório e por que nós acreditamos ter contribuído com um documento que vai ser uma referência para a continuidade dos trabalhos das instituições e da sociedade brasileira, em especial do Senado da República.

Muito obrigado pela acolhida aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - MUITÍSSIMO obrigado, Prof. Pedro Dallari, pela sua explanação sobre o relatório, que, certamente, vem para dentro desta Casa. Nós vamos nos debruçar sobre as consequências desse relatório.

Eu queria comunicar às pessoas que estão mal acomodadas que esta audiência pública está sendo transmitida pelo telão no plenário nº 3. Aqueles que não conseguiram acomodação aqui podem se dirigir ao plenário nº 3, onde está sendo reproduzida toda a audiência pública.

Eu queria também informar que o Dr. Wadiah Damous teve que se ausentar porque está com voo marcado para 10h30. Então, ele pediu desculpa por ter que se retirar antes da conclusão desta audiência pública.

Vamos dar sequência. Tenho a impressão...

O SR. PEDRO DALLARI - Eu posso ficar mais um pouquinho ainda. Eu tenho que ir para a Comissão. Eu vou pedir desculpas, antecipadamente, por ter que me ausentar. Vocês não sabem o inferno que é coordenar um órgão público que vai ser extinto daqui a cinco dias. É uma experiência dramática, porque, daqui a cinco dias, tenho que devolver o celular, tudo acaba, nós deixamos de existir no mundo e há ainda uma série de providências. Então, posso ficar até às 11 horas, Senador, e, logo em seguida, vou ter que fazer *forfait* aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Federal Assis do Couto, Presidente da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Câmara Federal.

O SR. ASSIS DO COUTO (PT - PR) - Apenas uma saudação inicial, Senador João Capiberibe, Presidente da Subcomissão, e aproveitar para fazer um registro em relação à nossa Subcomissão de mesma finalidade na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, presidida pela Deputada Luiza Erundina. Ela se encontra afastada por problemas de saúde e, durante esta semana, não pôde estar aqui. Senão, com certeza, a Deputada Luiza Erundina estaria aqui conosco.

Quero também saudar a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado; saudar o Gilney Viana, companheiro de longa data; Pedro Dallari, pelo brilhante trabalho também aqui, com certeza, exposto a todos. Parabéns a toda a Comissão, àqueles que colaboraram, pela contribuição importante neste momento da história brasileira. Parabéns mesmo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Minha saudação também a todos presentes, familiares, militantes desta importante causa, jornalistas, todo o pessoal da imprensa aqui presente.

Não vou me estender, Senador, por conta também de outros compromissos. Quero apenas registrar aqui um pequeno pronunciamento e, para economia de tempo, na Câmara, damos como lido. Já temos essa experiência da Câmara. Gostaria de deixar registrados nesta reunião alguns pontos, algumas afirmações que fizemos neste pequeno pronunciamento que faria aqui nesta Comissão. Sei que teremos outras atividades ao meio-dia, à tarde, estaremos juntos até o final da tarde de hoje.

Muito obrigado. Um grande abraço. Parabéns.

Viva a democracia! Tortura nunca mais! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado, Deputado. Vamos tirar cópia do seu pronunciamento.

O tempo aqui no Senado é mais generoso, porque somos 81; na Câmara, são 513. Então, realmente é essa prática lá. Aqui no Senado é meio raro, não lembro de ter ouvido alguém... No plenário, não é? Mas, mesmo assim, no plenário o tempo para nós é mais generoso, é verdade. Apesar de eu não ter essa trajetória parlamentar, minha trajetória é mais executiva do que parlamentar, ainda assim, estou aprendendo a falar aos poucos, estou aprendendo a ser parlamentar no exercício do mandato de Senador neste último agora, porque o primeiro foi só para me defender, então eu não podia fazer outra coisa.

Dando sequência, passo a palavra ao combatente na luta pela liberdade, um dos militantes que têm uma larga trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, o Deputado - para mim sempre Deputado - Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Obrigado, Senador Capiberibe, que preside esta Subcomissão; Senadora Ana Rita, que preside a Comissão de Direitos Humanos; nosso presidente Assis do Couto, lá na Câmara; e o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari.

Dr. Pedro, o senhor vê que puseram aqui verdade e justiça, o senhor está vendo? Então, a coisa parece que está na cabeça de muitas pessoas.

Primeiro, eu queria fazer três observações, não vou ser muito extenso.

A primeira observação, além do agradecimento, é registrar, o Dr. Pedro sabe que aqui temos familiares de mortos e desaparecidos, aqui temos representantes de comitês pela verdade, memória e justiça, representantes de comissões, temos pesquisadores internacionais sobre a Comissão Nacional da Verdade, temos militantes presos que viveram, conviveram, sofreram, foram vítimas na linguagem jurídica. Nós não gostamos muito dessa coisa de vítima, fica parecendo que ficamos nos autovitimando sucessivamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILNEY VIANA - Também não é herói.

O Paulo Jabur, que conviveu conosco lá na Frei Caneca, disse em uma entrevista: "Nós não somos heróis, se querem falar de algum herói, falem de outras pessoas que deram sua vida."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILNEY VIANA - Sobreviventes, exatamente.

Sobre o relatório, aqui temos também pessoal da Secretaria de Recursos Humanos, particularmente a Dr^a Eugênia Fávero, que é presidente da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos, que é parte desse processo e uma parte importante.

Primeiramente, Dr. Pedro, companheiros e companheiras, senhores e senhoras, eu não tive tempo, obviamente, de ler todo o relatório, é muito grande. Mas eu dei uma assuntada naqueles prolegômenos conceituais da introdução, porque ali eu queria fazer uma observação, que é importante, para valorar e para também criticar. Segundo, dei uma assuntada na lista dos 434 mortos e desaparecidos e também nas recomendações.

E como não poderia deixar de ser, como eu trabalhei bastante essa questão dos povos indígenas, e mais especialmente dos camponeses, eu dei uma passada de olhos lá, muito rapidamente. Então, posso incorrer em algum erro aqui também. Mas é preferível que a gente arrisque a deixar de fazer. Nós somos daquele tipo de gente, Senador, que já lutamos por chance menor de 20%. Se aqui há mais de 50%, nós estamos bem folgados para poder lutar.

Primeiro, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade é vitoriosa. Eu queria começar por isso. Porque, Dr. Pedro, o senhor não estava na Comissão ainda, e nós fizemos uma audiência, que talvez fosse nesta mesma sala, quando analisamos o projeto de lei que criou a Comissão Nacional da Verdade.

Nós, as chamadas vítimas, lutadores e lutadoras, tínhamos um desânimo muito grande. E uma parcela de nós achávamos que ia ser uma comissão da meia verdade. Alguns de nós assinamos documentos nesse sentido.

Eu não o fiz porque eu sempre acredito na luta e acho que, ainda que a Comissão pudesse ter limitações no seu projeto de lei e ter também limitações na sua constituição, a luta, a mobilização não só dos familiares dos mortos e desaparecidos, dos ex-presos, dos comitês e comissões, isso iria criar um ambiente político que favoreceria o avanço da Comissão. Eu acho que, nesse sentido, essa avaliação que alguns de nós fazíamos foi verdadeira e foi positiva.

Acho até que a Comissão Nacional da Verdade não teria avançado tanto se não tivesse esse ambiente político criado pelos comitês, comissões e por pesquisadores, universidades. Isso não desmerece a Comissão, mas merece também aqueles e aquelas que lutaram na esfera da sociedade civil, inclusive aqui do Parlamento.

O Senador Capiberibe falou sobre aquele evento onde o comandante do 1º BPE, na verdade o comandante do ex-Doi-Codi, lá na Barão de Mesquita, que barrou a Comissão da Verdade do Rio, em que a intervenção dos Senadores foi muito importante, foi muito eficiente, naquele momento. Então, há coisas assim, que somaram. Isso foi muito importante.

Por que eu considero o relatório importante? Porque aquelas expectativas negativas que nós tínhamos foram suprimidas em parte. Depois eu vou falar as grandes debilidades que eu vejo. Se não tivessem anotado que os crimes eram política de Estado, que os crimes cometidos são imprescritíveis e não anistiáveis, e que os seus perpetradores estarão sujeitos a judicialização, ou seja, responderão criminalmente, administrativamente, penalmente, essa coisa toda que o Ministério Público tem muita competência para fazer e o está fazendo - é bom que se diga.

E a questão da anistia, porque a anistia, na verdade, particularmente com o juízo do Supremo Tribunal Federal, coonestou, validou uma interpretação que nunca foi a nossa, de que a anistia anistiou torturadores.

Eu tenho dúvidas até de que tenha sido a compreensão do Congresso Nacional, embora essas leis de transição no Brasil sempre tenham um grau de dubiedade que facilita interpretações de um lado ou de outro.

A lista de perpetradores. O fato de ter a lista ali, que pode ser incompleta... Eu acredito que é incompleta, eu queria deixar claro.

O SR. PEDRO DALLARI (*Fora do microfone.*) - Nós escrevemos, o que nós juntamos é onde há provas irrefutáveis.

O SR. GILNEY VIANA - Onde há mais evidências, provas irrefutáveis.

Pois é. Então, veja bem, eu acerto isso e acordo e foi previdente ter feito essas anotações. O fato de existir e o fato de ter colocado os ditadores no topo, isso para nós é muito relevante. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA - É relevante, porque haverá um dia em que os retratos deles não constarão nem nas academias militares, muito menos nos prédios públicos.

(*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA - Então, as recomendações, particularmente da punição aos perpetradores do crime de lesa-humanidade, as desculpas das Forças Armadas e a continuidade... Esses são elementos que considero centrais e positivos. É positivo para quem lutou de uma forma para sair da invisibilidade o fato de que a Comissão da Verdade tenha relatado aqueles anexos, particularmente alguns trabalhadores que lutaram não foram reconhecidos, os povos indígenas e os camponeses.

Permita-me dizer que o reconhecimento não exige da crítica que vou fazer logo a seguir, mas falo isso porque participei da Comissão Indígena, da Comissão Camponesa e sei quanto era a ansiedade de que alguma força do Estado reconhecesse seus crimes, que não os reduzisse à invisibilidade histórica que eles têm sido. Assim o foi na Comissão de Anistia, assim o foi na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, por força de uma série de combinações legais, interpretações, *modus operandi* e concepção inclusive de como travar essa questão.

Então, na discussão da Comissão Indígena, Dr. Pedro, alguns de nós mais radicais falavam assim: "Ou coloca a coisa ou não aceitamos colocar no primeiro time", porque vocês, na verdade, colocaram duas categorias de mortos e desaparecidos. São 434 e milhares de povos indígenas e milhares de camponeses. Isso, a meu ver, é o ponto mais débil desse relatório. É o ponto fraco. (*Palmas.*)

O SR. GILNEY VIANA - Então, qual é a consequência disso? A consequência desse ponto fraco - falei dos pontos fortes e falo do ponto fraco - é que se condena à invisibilidade aqueles que mais sofreram e que não tiveram um partido político, não tiveram uma comissão especial de mortos e desaparecidos, que heroicamente jogou para frente a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos. Eu acompanhei todo esse processo, porque era no meu gabinete, na minha residência que se reunia a comissão de familiares - e está aqui a Diva, mas estava a Crimeia, a Suzana, a Iara, o Ivan, que ali forjou toda uma forma de pressionar para que ela pudesse andar adiante. Então, foi por isso que rompemos barreiras. Acho que vamos precisar de outras lutas...

(*Soa a campanha.*)

O SR. GILNEY VIANA - Permita-me um pouquinho de tempo, Senador. Acho que vamos precisar de outras lutas para romper a barreira que ainda está imposta à Comissão Nacional da Verdade ou seu subseqüente.

Vou dar exemplo de algumas coisas que não foram... Além da exclusão dos camponeses indígenas e de outros - inclusive tem de militares e é bom que se diga - a verdade sobre todos os casos ainda ficou muito a dever, particularmente daqueles que não foram examinados. Outra coisa, o não reconhecimento de violação de direitos coletivos. Gostaria até de discutir isso com quem entende de Direito, porque se individualiza a coisa. Há direitos coletivos que foram violados, inclusive se o senhor deve entender que os Waimiri Atroari, que foram bombardeados no Amazonas, porque lançaram os mesmos panfletos que lançaram contra os guerrilheiros do Araguaia, lançaram contra os Waimiri Atroari, que não tinham noção de Estado, não falavam português, e que literalmente estavam de flecha contra canhões, contra metralhadoras, contra napalm. Ora, alienação do agente do Estado e a percepção de autoridade totalmente falha, totalmente louca. Isso devia, é direito coletivo. Nós queremos a reparação de direitos coletivos também.

Bem, encaminhado para o final falando o seguinte, de uma certa forma, em relação ao 434 mortos e desaparecidos, eu acho que a Comissão Nacional da Verdade ficou presa ao mesmo conceito que limitou a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos. Mas lá a delegação era menor. Lá, eu acho que foi uma coisa cruel o que a Comissão Nacional da Verdade fez, sabe por quê? Porque lá o ônus da prova estava para os familiares. Então, o que foi incluído lá foi luta de familiar, exceto os 136, que já foi luta de familiar anterior, de ex-presos, de presos, que os denunciaram, porque os que são testemunhas sobreviventes que viram esses crimes.

Então, eu acho que é uma concepção. E, aí, eu entro na fase final. O conceito que anima a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos não é o mesmo, *data venia* - aqui que eu estou entrando em terreno perigoso, do jurídico - que orienta a Comissão Nacional da Verdade, que admitiu o conceito de crime de lesa-humanidade, fez todo o histórico, comparou a comissão daqui, o que é legal, com duas outras comissões. Mas só não comparou o efetivo das outras duas comissões, que lá reconheceu o direito indígena, reconheceu o direito coletivo, reconheceu o massacre, independente das vítimas serem militantes. O que caracteriza é o crime! Essa é a teoria, é o conceito, que vem de Nuremberg. E mesmo da Declaração da ONU.

Então, essa limitação eu acho que, quando vai conceitualmente, eu acho que você tem essa percepção, mas quando vai no operativo, não tem correspondência, foi limitado ao que era antes.

Termo dizendo o seguinte, é duro... eu acompanhei um pouco essa trajetória e me esforcei para contribuir. A Secretaria de Direitos Humanos se esforçou, a Comissão Especial, a Comissão de Anistia, todos nós nos esforçamos, os comitês assim o fizeram, as comissões o fizeram. Mas havia um grau - o senhor sabe disso, não é Dr. Pedro? - de dificuldade da Comissão da Verdade de aceitar uma contribuição que fosse das vítimas, dos ex-presos, dos familiares. Um grau muito grande. Eu acho que depois, quando o senhor assumiu - reconhecer mérito, porque a crítica de quem faz tem que reconhecer mérito -, melhorou essa relação, fez uma exposição pública melhor e melhorou bem, mas ainda ficou muito a dever.

Bem, termo dizendo que, em nome dos 1.200 camponeses, dos quais nominamos inclusive os seus autores - aqueles que foi possível -; em nome de milhares de indígenas que foram renegados e dos quais - pelo menos lá na Secretaria nós temos um trabalho - mais de 400 nominados; em nome daqueles indígenas que o Estado reconheceu - aqui tem cinco, poderíamos passar para a Comissão Nacional da Verdade -, no relatório Figueiredo, de que os agentes do Estado assassinaram, dentro do próprio SPI, antes do golpe; em nome desses excluídos eu digo o seguinte: a luta continua! (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado Gilney Viana.

Esta Subcomissão procurou estabelecer um diálogo com as Forças Armadas, com o Ministro da Defesa. Nós tivemos a oportunidade - eu queria só relatar aqui para o Presidente da Comissão que está aqui -, nós procuramos o Ministro da Defesa para, exatamente, buscar um diálogo no reconhecimento das responsabilidades institucionais das Forças Armadas. Conversamos, inclusive tivemos uma reunião com todos os comandantes junto com o Ministro da Defesa, e colocamos a necessidade que a Comissão aponta, do reconhecimento das nossas Forças Armadas como esse passivo de direitos humanos, que é o legado da ditadura.

Tivemos alguns impasses nessa discussão tensa, nessa conversa inicial, mas ficamos de retomar o diálogo. Mas nós, que participamos daquela primeira reunião com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o Ministro da Defesa, tomamos a decisão então de aguardar o relatório para retomar o diálogo.

Agora, sim, nós vamos retomar o diálogo com as Forças Armadas no sentido de que elas reconheçam os abusos cometidos. Nós vamos insistir nesse tema com os nossos comandantes, mostrando que eles não têm nenhuma responsabilidade pessoal com o que aconteceu, mas têm responsabilidade institucional. E a sociedade brasileira exige, cobra que isso seja claramente explicitado.

Pode ficar certo, Sr. Presidente, o trabalho que os senhores fizeram na Comissão nós vamos, de todas as maneiras, aqui, mesmo com nossas limitações, tratar de dar continuidade.

É só um encaminhamento que nós estamos dando, em nome da Subcomissão e da Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria também registrar aqui a passagem da Senadora Lídice da Mata, que, em função de retorno a Salvador, não pôde acompanhar esta audiência pública conosco.

O Presidente da Comissão, Prof. Pedro Dallari, pediu a palavra, e vamos concedê-la.

O SR. PEDRO DALLARI - Eu pedi a palavra, pois também vou ter que... Bom, estamos encerrando esta primeira Mesa também, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - A primeira mesa.

O SR. PEDRO DALLARI - Então, eu pedi a palavra apenas para fazer alguns comentários em relação à fala do Gilney, para que pelo menos fique aqui a posição da Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão teve uma preocupação muito grande, na elaboração do relatório, de produzir um documento que fosse muito consistente, pois nós tínhamos, e temos, clareza de que o relatório representa, em relação às Forças Armadas, em relação ao Estado brasileiro, um fato político muito importante. Como nós estamos demandando algo que é de extrema dificuldade,

nós sabemos, que é o reconhecimento pelas Forças Armadas do que houve, e é, além de tudo, a responsabilização criminal, civil e administrativa de todos aqueles que deram causa às graves violações de direitos humanos, nós tínhamos clareza de que o relatório teria que ser muito consistente no sentido de poder ser utilizado pela sociedade a fim de se lograr esses objetivos.

Isso nos levou a ser muito rigorosos em relação às indicações de autoria, às indicações de vítimas, não porque nós evidentemente achamos que não há muito mais autores e que não há muito mais vítimas, mas nós quisemos fazer algo que fosse uma seleção à prova de qualquer tipo de crítica, para não dar margem ao argumento de que o relatório seria impreciso, de que o relatório seria algo insuficiente, de que seria um documento político ideológico. Vejam que as Forças Armadas, os militares da Reserva têm tentado passar essa versão, e ela não está ganhando aderência, está certo? Porque ninguém está enxergando o relatório como um documento político ideológico.

E houve uma opção clara, sim, de o relatório ser meio conservador em alguns pontos de vista, de sistematizar e colocar informações sobre as quais nós já tínhamos um quadro informativo mais sólido. Então, é evidente que nós temos completo conhecimento, Gilney, da situação dos povos indígenas, da situação dos camponeses, mas nós não teríamos condições de dar o mesmo tratamento metodológico aos - foi o número que nos foi trazido - 8,5 mil índios que teriam morrido nesse processo que nós demos aos 434 casos. Nós cometeríamos o erro de não contemplar adequadamente os 8,5 mil índios e, além de tudo, de minimizar o estudo feito em relação aos 434 casos.

Então, houve uma preocupação muito grande com a consistência. Por isso a solução dada, que eu acho que foi bastante adequada, que foi a seguinte: contemplar no volume 1 aqueles casos sobre os quais nós pudemos fazer um histórico muito detalhado, e há camponeses, e, ao mesmo tempo, contemplar, no volume 2, através daqueles capítulos específicos sobre camponeses e indígenas, no qual a contribuição de pesquisadores envolvidos foi fundamental, para refletir essa nova fronteira da investigação e criar, com isso, condições para o seu desdobramento. Foi uma decisão que considero prudente da Comissão Nacional da Verdade porque contemplou os temas, e nunca isso havia ocorrido num documento oficial do Estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, o fez de maneira a preservar um documento que deu realce maior àqueles fatos onde o quadro informativo e o de sustentação é maior.

Então, é o que eu digo para vocês: pode haver erros? Pode haver, mas o documento é muito consistente, é muito consistente. E isso é o que dará condições de ele ser um instrumento político, porque, se ele não fosse consistente, a imprensa não estaria dando a cobertura que está dando, os Senadores não teriam segurança para usá-lo como instrumento. Então, houve, realmente, foi uma opção. Isso não foi esquecimento, não foi lacuna, não foi desvio ideológico: foi uma opção metodológica pelo rigor. E isso eu vou defender e peço que as pessoas entendam, porque nós tivemos clareza do papel que esse relatório poderia ter e pode ter na história política do Brasil. E, portanto, tivemos esse cuidado.

Acho também importante, no momento em que nós vamos entrar agora num debate difícil, num debate duro com as Forças Armadas, que haja, no debate - e o debate tem que ser feito -, muita preocupação em relação aos papéis que vão ser exercidos

No seu caso, Gilney, você é uma figura fundamental da história da luta social, política brasileira dos direitos humanos. Nós temos uma quilometragem juntos há muitos anos, mas você, hoje, é parte do Governo brasileiro, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *(Risos.)*

O SR. PEDRO DALLARI - Então é importante você...

O SR. GILNEY VIANA *(Fora do microfone.)* - Antes de tudo, com o povo! *(Risos.)*

O SR. PEDRO DALLARI - Eu sei, mas é importante você esclarecer... *(Palmas.)*

O SR. PEDRO DALLARI - ... se essa posição é a do Governo brasileiro, porque, como nós vamos entrar, agora, num terreno difícil, num momento importante, é muito importante que se procure entender quais são os papéis. Então eu sugiro - e eu quero que você continue a falar tudo o que você está falando -, mas eu sugiro que você faça, assim, um preâmbulo, o seguinte: "Vou falar em meu nome pessoal". Porque, senão, pode gerar o uso da sua locução como se essa fosse a posição da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em relação ao relatório. E, se for, não tem problema, isso é da vida. Eu sou advogado há 33 anos, eu vivo o contraditório com a maior tranquilidade, mas é importante que os papéis fiquem claros e as funções fiquem clara. Não foi esta a posição da Presidenta da República ontem, que, verbalizando pelo Presidente da República, acolheu o relatório.

Isso não significa, obviamente, que não possa haver muita crítica, mas é importante calibrar e dar identidade às críticas, porque isso gerará para o público a percepção de como é que o relatório é recebido pelo Governo. Na medida em que o relatório seja tido como algo que o Governo tem uma posição insatisfatória em relação a ele, o que é legítimo se for essa a posição do Governo, isso é como eu disse: a Comissão não fez um relatório para agradar ao Governo. A Comissão

fez um relatório para agradar ela própria e para procurar atender ao que a lei mandou. Mas, se for o Governo, isso tem uma implicação do ponto de vista da forma como as Forças Armadas, como a sociedade, como o Estado vão perceber o relatório. Então, a forma como nós vamos discutir o relatório é importante, por conta do caráter de um instrumento político relevante que ele tem hoje. É uma arma, no sentido positivo de promover mudanças. Então, é uma ponderação fraterna que eu faço ao amigo: faça sempre esse preâmbulo, porque nós vamos viver momentos difíceis agora, momentos, realmente, de certa tensão. Eu tenho clareza disso e é importante a gente ter clareza desse contexto.

Quero aproveitar, então, já que eu vou ter que me retirar, para agradecer, enormemente, esta oportunidade. É o primeiro debate de que eu participo e, para mim, foi muito especial fazê-lo, em primeiro lugar, no Senado da República, na Comissão de Direitos Humanos, e na sua Subcomissão presidida pelo Senador Capiberibe, por quem eu tenho, realmente, uma admiração extrema e que nos ensina com a sua trajetória de vida sobre esse tema que nós versamos no dia de hoje.

Então, muito obrigado pela atenção de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Nós, em nome da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos, agradecemos os nossos ilustres convidados.

E eu queria registrar aqui, e também agradecer, a presença da Deputada Ana Lúcia Vieira, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Sergipe. Obrigado pela presença de V. Ex^a.

O SR. GILNEY VIANA - Posso só fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Pois não.

O SR. GILNEY VIANA - Eu não quero fazer um debate com o Pedro, mas só falar o seguinte: eu me sinto muito à vontade para fazer a crítica, mesmo sendo do Governo.

Como dizia, vou responder com um poema de um poeta catalão, assassinado pelos franquistas: "*Estoy y siempre estaré con los que nada tienen y hasta el nada que le quieren llegar*".

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Esta mesa está suspensa, e eu passo, em seguida, a convidar a próxima mesa. *(Pausa.)*

Bom, dando sequência, eu gostaria de dar início à segunda mesa desta audiência pública, chamando para compor conosco aqui a Sr^a. Diva Santana, que representa os familiares de mortos e desaparecidos.

Diva, por favor. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Francisco Celso Calmon, representante da Rede Brasil da Memória, Verdade e Justiça. *(Palmas.)*

Convido a Vice-Procuradora-Geral da República, a que temos a honra de estar aqui conosco e a quem recebemos com muito entusiasmo, Ela Wiecko. *(Palmas.)*

Por último, convido a Sr^a Eugênia Gonzaga, Presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *(Palmas.)*

Estava convidada para compor esta mesa a Deputada e ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, mas, como todos sabemos, ela foi vítima de uma violência, de uma agressão, há poucos dias, que partiu de uma pessoa que, infelizmente, nos envergonha no Parlamento. O Deputado Bolsonaro agrediu a Deputada Maria do Rosário de uma forma absolutamente inusitada, o que de fato nos cria constrangimento de ter que conviver com esse tipo de atitude no Parlamento brasileiro. *(Palmas.)*

A nossa expectativa é que haja punição para este caso, porque este é um Colegiado e fica muito difícil a gente conviver com esse tipo de situação.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) - Aproveitando a oportunidade do registro da ausência da Deputada Maria do Rosário, registro também que, ontem, na reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos, nós aprovamos um requerimento que será encaminhado ao Presidente do Senado Federal, com o objetivo de que a Mesa Diretora possa fazer uma representação, que o Senado Federal apresente à Mesa Diretora da Câmara uma representação contra o referido Deputado.

Não vou fazer a leitura por causa do nosso tempo, mas em relação ao Deputado Jair Bolsonaro, que usou de palavras criminosas com relação à nossa Deputada, a Comissão de Direitos Humanos solicita que a Mesa Diretora da Câmara possa fazer uma representação por quebra de decoro parlamentar. *(Palmas.)*

E que também adote as demais providências legais ao seu dispor destinadas à defesa das prerrogativas constitucionais dos integrantes desta Casa. Sabemos que a Deputada está sofrendo constrangimentos nos corredores da Câmara dos Deputados. E nós não podemos permitir que isso aconteça dentro de uma Casa Legislativa, como é o Congresso Nacional, com relação a uma Parlamentar, ex-Ministra dos Direitos Humanos, e isso acaba repercutindo e tendo também um rebatimento sobre outras pessoas, sobre outros militantes na área dos direitos humanos.

Então, faço aqui esse registro. A Comissão de Direitos Humanos deliberou sobre isso. Nós já estamos encaminhando à Mesa Diretora do Senado para que solicite à Mesa Diretora da Câmara que faça esta representação contra o referido Deputado.

Então, é esse registro que gostaria de fazer neste momento, nesta manhã de hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Obrigada, Senadora.

Registro a presença de Cesar Cordaro, da Comissão da Verdade do Município de São Paulo; Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória, Verdade e Justiça, do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal; Laurenice Noletto, da Comissão da Verdade, de Goiás; Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Ah, do Sindicato dos Jornalistas de Goiás. É que está tão abreviado... Muito obrigado.

Pinheiro Salles, a que já fiz referência, da Rede Brasil do Centro-Oeste; Francisco Celso Calmon, que compõe a nossa mesa; Gisele de Almeida - não dá para entender direito o que está escrito aqui sobre o que representa Gisele. Obrigado pela sua presença. Vicente Rodrigues, do Arquivo Nacional Memórias Reveladas; Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, do Rio Grande do Sul.

Em seguida, vou registrar outras presenças, e vamos dar início a essa segunda mesa.

Passo a palavra à Sr^a Diva Santana, representante dos familiares dos mortos e desaparecidos.

A SR^a DIVA SANTANA - Bom a todos e todas. Saúdo a Mesa, na pessoa da Senadora Ana Rita. Faço também uma saudação e um agradecimento ao Senador João Capiberibe pelo convite.

Na pessoa de familiar de desaparecido político e como Conselheira da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, fui convidada a fazer parte desta mesa.

Porém, antes de iniciar, queria me juntar a essa solidariedade à Deputada Maria do Rosário e lembrar que esse senhor - não sei nem como dispensar o tratamento - já é recorrente nessas insinuações e nessas ofensas morais também à dignidade humana. Lembro-me de que, certa vez, ao passar na porta de seu gabinete, tinha um desenho com um cachorrinho pensando - a gente tinha retornado da região do Araguaia -, e tinha essa foto na porta, com o cachorrinho pensando: "Quem gosta de osso é cachorro". Então, eu acho que a gente tem que lembrar sempre que a gente não pode esquecer o que ofende à moral e à dignidade humana. Eu acho que a gente não pode esquecer. Dizem que lembrar o passado é saudosismo. Mas eu acho que não. Acho que o que fere os direitos humanos a gente nunca pode esquecer, porque é uma luta constante, é uma luta diária. A promoção dos direitos humanos é uma luta diária e constante.

Eu quero agradecer a todos os camaradas que estão presentes aqui nesta sala, aos familiares em primeiro lugar, aos ex-presos políticos. Penso que são figuras, os ex-presos principalmente, que felizmente ficaram vivos para não deixar essa história sucumbir.

Eu digo que a anistia veio em 1979, e esse passado não morreu porque ficaram essas pessoas, estes ex-presos que felizmente se encontram atuantes na luta pela redemocratização do País, na luta pela memória, na luta pela verdade e na luta pela justiça.

Ficaram os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, que entenderam a necessidade naquele momento da anistia, necessitava-se de uma anistia, porque muitos se encontravam presos e muitos estavam fora ou na clandestinidade, no exílio ou na clandestinidade, e precisavam retornar ao seu País, ao convívio do seu povo.

Então, eu entendo que foi a anistia necessária, mas nós brasileiros também entendemos que a luta ali não acabou. E por isso nós estamos aqui.

O Gilney relembra muito bem das reuniões na sua casa, das reuniões, na casa de Deputados, que a gente fazia aqui, das reuniões no Rio de Janeiro, em Minas, na Bahia. Esses familiares se organizaram após o segundo congresso da anistia, que foi realizado na Bahia em 1979, e não deixaram essa luta morrer, os familiares, os ex-presos, os setores da sociedade que tinham sensibilidade e compreensão. E eu me lembro sim, eu me lembro de toda a nossa luta. E fico muito emocionada quando me lembro das dificuldades.

Hoje, graças à luta do povo brasileiro, nós estamos vivendo uma democracia, e que esta democracia também está permitindo, porque nós poderíamos estar numa democracia e num governo em que questões como essas não fossem discutidas, em que a Comissão da Verdade não fosse criada e começasse. E não foi a Comissão da Verdade, na verdade, eu acho que quem começa a escrever as páginas dessa história foram os familiares, foram os ex-presos políticos. E, a partir dessa luta, criaram uma lei, a Lei nº 9.140/95, que de início já reconhece os 133 desaparecidos, depois foram acrescentados mais. E pela força de barra e pela força da luta, foram reconhecendo também aqueles que morreram nos presídios, nas torturas, até ali dado como troca de tiros ou suicídios. Essa Comissão criada se debruçou sobre este trabalho com muito afinco, com muita responsabilidade e concluiu a verdadeira mentira sobre os suicídios. Essa lei também foi ampliada.

Paralelo a isso, a Comissão da Anistia faz um levantamento de todo o processo dos ex-presos, depoimentos dos ex-presos, nesse bojo desta luta, fruto da nossa luta, mas nós não conseguimos. É muito penosa a luta por conquistas do povo brasileiro, no geral, seja do sindicalista para melhorar o salário, para melhorar a condição de trabalho, por liberdades, seja de qualquer setor da sociedade. É muito penosa a nossa luta. E, como tal, essa nossa também é uma luta, continua sendo, e acredito, pelas recomendações que a Comissão da Verdade fez, vai continuar mesmo porque nós, enquanto familiares de mortos e desaparecidos políticos, enquanto defensores dos direitos humanos, não vamos abandonar essa luta.

Então, as páginas dessa história começaram a ser escritas a partir da luta pela anistia no Brasil. Eu acho que hoje chegamos primeiro a uma comissão que foi criada na Câmara Federal, composta por cinco Parlamentares, uma comissão especial. Não era uma CPI. A gente queria uma CPI, mas não tinha espaço. Claro, não tinha espaço para mortos e desaparecidos e criou-se uma comissão especial. Desta Comissão, fizeram parte, na época, o Deputado Sigmaringa Seixas, o Deputado Zé Dirceu, o Deputado Roberto Valadão, Deputado Haroldo Lima. Eram cinco Deputados. Não estou lembrando bem quem foi o outro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a DIVA SANTANA - O Nilmário Miranda.

Nilmário presidiu esta Comissão. Então, esta Comissão aqui, no topo do Congresso Nacional, começa a aparecer a partir dessas discussões. E dessas discussões são elaboradas as leis. Sentamo-nos e nos debruçamos várias vezes, nesses auditórios, para discutir a Lei nº 9.140. Esta lei é pioneira, aprovada em 1995. É pioneira porque começa o Estado brasileiro ao reconhecer os 133 desaparecidos, abre uma perspectiva para o reconhecimento das outras mortes e a responsabilidade deste Estado sobre essas mortes.

A Comissão da Anistia também se organiza. E o Estado brasileiro reconhece também as torturas, as clandestinidades, a falta de liberdade daquelas pessoas que viveram isso, que, acho, chega a casa de mais ou menos - não estou falando aqui em números verdadeiros, não sou da Comissão da Anistia, pelo conhecimento que tenho, sou de um Conselho do Memorial da Anistia, vamos nos reunir daqui a pouco, não é Betinho? - 70 mil processos, cerca de 60 mil analisados pela Comissão da Anistia, em que a maioria confirma as violações aos direitos humanos no País.

Eu acho que são vitoriosas tanto a Lei nº 9.140 como a Comissão de Anistia, a Comissão Nacional da Verdade, que, para mim, nos últimos tempos, de 2010 para cá, favoreceu reviver essa discussão na sociedade brasileira.

E acho, para concluir... Ah, sim, eu estou lembrando porque não vou esquecer. Na minha opinião, com a Comissão da Verdade, como foi com o livro *Memória e Verdade*, organizado pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e lançado pelo governo Lula, se tornou oficial: o Estado brasileiro assume oficialmente, com livros assinados por Presidente da República, que houve graves violações e crimes de lesa-humanidade no País. Naquele livro ali está tudo escrito oficialmente. Agora, a Comissão da Verdade lança o seu relatório, que é também o Estado brasileiro constatando essa verdade, que tudo fizeram e fazem até hoje para ocultar da história do Brasil.

Então, na minha opinião, esta página não foi virada. E nós precisamos virar a página da história. Nós precisamos restabelecer a verdade, nós precisamos que se faça justiça.

Eu, enquanto Conselheira da Comissão, e tenho familiar desaparecido, tenho irmã e um cunhado desaparecidos, de repente me sinto familiar, já estou tão incorporada nessa luta que para mim todos são meus familiares. Eu não falo de um só, falo de todos os desaparecidos políticos. A minha dor eu transmito assim. Sinto que a minha dor é grande, e acho que têm dores muito maiores do que a minha, das mães e dos pais dos filhos que se encontram desaparecidos. Eu não tenho

filho desaparecido. Portanto, a minha dor é de irmã, não é a dor de uma mãe. Como mãe, eu poderia... Mas eu não tenho filho desaparecido. Então, a dor dos pais, na minha opinião, é uma dor muito maior do que a dor da ausência de uma irmã, pelo sofrimento que passou.

Eu fico muito emocionada nessas atividades porque é como se eu estivesse começando agora, é como se eu tivesse começando a lutar. Eu falo muito de mim, porque é como se eu tivesse começando a lutar agora, indo por este País, cavando buraco aqui, cavando buraco e, quando chega lá, é mentira, não tem osso. A gente se sente enganada, impotente. E com uma luta... Tem hora que passa na cabeça: "Pô, a minha luta é frustração em cima de frustração". Mas ao mesmo tempo a violência daqueles que sofreram é tão grande dentro dessa violência.

Como ia dizendo, eu não posso me esquecer de um documento, de um processo que fui relatora, do Pedro Paulo Bretas. O que o pai daquele menino conta, gente... E ele foi banido do País, ele retorna, mas ele, um estudante de medicina, um menino brilhante, a família diz, adquire esquizofrenia e desaparece até hoje, e isso nem a Comissão da Lei nº 9.140 me responde, nem a Comissão da Anistia responde, nem a Comissão Nacional da Verdade. Por isso que digo que esta página não foi virada. A gente precisa continuar lutando.

Deixo o meu recado aqui porque tenho essa força. Estou com 70 anos, mas tenho ainda esta força de continuar lutando pela verdade, pela memória e pela justiça neste País.

Me junto ao Gilney quando ele se lembra dos camponeses e dos índios. Eu fui relatora também de um processo do Nativo da Natividade, que foi preso na ditadura militar, foi, depois da democracia, dirigente sindical e foi assassinado a mando do prefeito da cidade. Fui relatora e pedi, sugeri o deferimento do pedido porque alguns achavam que não se enquadrava na lei porque não estava no prazo. Mas essas coisas eu acho que a luta e a compreensão humana vão rompendo e mostrando que a pessoa foi uma perseguida.

A gente não pode deixar de investigar as mortes dos advogados Paulo Fonteles, Eugênio Lira, na Bahia, e tantos outros, João Batista; a gente não pode deixar de fora tantos outros.

Então, acho que as recomendações da Comissão da Verdade deverão ser aprimoradas e trabalhadas pelo povo brasileiro, pela sociedade civil organizada, a quem acredito e credito muito poder, para a gente virar a página dessa história com a memória, a verdade e a justiça.

(Soa a campanha.)

A SRª DIVA SANTANA - Muito obrigada, Senador João Capiberibe. Muito obrigada a todos e a todas pelo convite. E quero parabenizar esta Casa pelo entendimento de debater essas questões, para que a nossa luta avance. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado, Srª Diva Santana. Eu estou convencido de que esse trabalho de recuperação da memória, incluindo a reparação com ações judiciais, é importante não só em busca do passado, mas pelo presente. Temos uma sequência: o que foi feito no passado continua a ser feito no presente com setores e segmentos sociais diferentes. O desaparecimento forçado, a ocultação de cadáver, temos vários casos que, praticamente, ocorrem no Brasil inteiro.

A falta de punição, a omissão do Estado brasileiro, diante do que foi feito no passado, terminou institucionalizando a tortura que continua sendo praticada nas delegacias de polícias em todo o País, e temos um caso emblemático que é daquele ajudante de pedreiro Amarildo, da Rocinha, que, em poucas horas, desapareceu. Depois de preso, em poucas horas, seu corpo desapareceu, e não mais voltou a aparecer. Então, acho que é fundamental - viu, Diva? - que continuemos essa luta, pelo presente e pelo futuro do nosso País, pelo respeito aos direitos humanos.

Tenho aqui a Carta de Recife, que nos foi trazida pelo Sr. Edival Nunes Cajá, ex-presos político de Pernambuco e Coordenador do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco. É uma carta assinada por várias entidades que se comprometem à divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Eu queria também registrar a presença da Srª Lúcia Alencar, Coordenadora do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Estado do Ceará, que é do Instituto Frei Tito de Alencar. *(Palmas.)*

Eu queria também registrar a presença do Sr. Marcelo Santa Cruz, Vereador de Olinda, do Partido dos Trabalhadores, que é Coordenador do Comitê Memória, Verdade e Justiça de Pernambuco e irmão do desaparecido político Fernando Santa Cruz, de quem já recebemos aqui familiares, em depoimento na Subcomissão. *(Palmas.)*

Eu queria também registrar a presença da Srª Cléia Nice Porto, da Contag, representante da Comissão Camponesa da Verdade; do Sr. Vandeir Rodrigues, do Sindicato dos Bancários de Brasília; da Srª Josefa Santos, da Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr. Renato da Silva Alves, do Sindicato dos Bancários de Brasília; do Sr.

Lindoal... não dá para entender; do Sr. Antônio Abdan Silva, Sindicato dos Bancários de Brasília; da Sr^a Luciana, do Instituto de Estudos da Religião; da Sr^a Clarisse Meireles, que já destacamos, jornalista que escreveu, em pareceria com a Sr^a Leneide Duarte-Plon, o livro que vai ser lançado, logo mais, na Câmara dos Deputados; do Sr. Francisco Ribeiro Neto, jornalista da Comissão de Anistia do Estado da Bahia; da Sr^a Jéssica Sousa Oliveira, da Comissão da Verdade da Bahia; do Sr. Gustavo José Carvalho de Sousa, do Ministério da Justiça; da Sr^a Shana Marques Prado dos Santos, da Comissão Nacional da Verdade; e da Sr^a Samanta do Carmo, jornalista da TV Brasil.

Vamos dar sequência a essa segunda Mesa.

Passo a palavra ao Sr. Francisco Calmon, que representa a Rede Brasil Memória, Verdade e Justiça.

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON - Eu inicio dando meu bom-dia aos meus companheiros que combateram a ditadura, que resistiram, que foram aprisionados, sequestrados, torturados, alguns banidos, e que estão aqui presentes. Nós estamos com uma representação em maioria neste plenário.

(Manifestação da plateia.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON - Podemos até votar - exatamente, Betinho. Estamos com representação do Sul - Aluizio Palmar está aí, o Norton está chegando -; representação do Nordeste, que já foi lida; do Sudeste - Betinho -; do Centro-Oeste - Pinheiro, Nonô -, de Santa Catarina também... Aliás, Santa Catarina não: do Paraná temos a Ivete; do Distrito Federal - o Sérgio e o Jarbas Marques.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Ana Rita, minha conterrânea e militante de direitos humanos.

É lamentável que vamos fazer um debate sem a presença de algum representante da Comissão Nacional da Verdade - eles estão com a agenda carregada. O Gilney teve o privilégio de fazer o primeiro contraditório, mas temos muitos contraditórios a fazer.

Mesmo não tendo lido os oito tomos, eu li as recomendações. Não foi uma grande surpresa para nós. Há dois anos e sete meses, tínhamos uma expectativa até um pouco aquém do que trouxe o relatório, mas ele deixou a desejar. Na visão da Rede, deixou a desejar, embora com isso não queira diminuir o trabalho deles, considerando o período que tinham que abranger, considerando as dificuldades que tiveram, desde recursos humanos até a colaboração dos órgãos de Estado. O trabalho é um início para que se dê continuidade ao que mais almejam os componentes da Rede, que é a justiça, sem a qual, acreditamos, não haverá jamais a reconciliação.

E a lei, ao determinar a criação e o papel da CMV, é muito genérica e muito precisa. Ela não fala em alguns casos, ela não fala em algumas mortes, ela não fala em alguns desaparecimentos, ela não fala em alguns locais de tortura e extermínio: ela fala em todos. Então, à medida que o relatório não cumpriu rigorosamente a determinação da lei, fica algo para o futuro, e esse algo, inclusive, já foi manifestado em entrevista e ontem também pela Presidenta da República, ao dizer que estamos inaugurando um processo de desenvolvimento da verdade.

Já foi colocado aqui, mas queremos fazer coro, que a questão do quantitativo de mortos e desaparecidos tem um simbolismo muito maior do que foi dito pelo Dallari quando disse que a precisão técnica levou a fixar o número de 434, que a Comissão evitou um foco político e ideológico. Só que não existe nada fora da política, e a leitura que se vai fazer no Brasil e fora do Brasil é que a nossa ditadura matou e fez desaparecer 434, quando nós sabemos que estudiosos já falam de um número em torno de 11 mil ao incluir camponeses e indígenas. Então, é um número que desfoca a realidade e, por isso, vai ser utilizado por aqueles que têm dificuldade de aceitar o que foi a barbárie da ditadura.

Locais de tortura e extermínio, também a Comissão não foi capaz de ir a todos, inclusive àquele que, há uns três ou quatro meses, se tornou reportagem nacional por conta de Miriam Leitão, jornalista famosa, ter ficado no 38º BI, de nossa terra, onde sofreu as barbáries, não diferentes das que nós sofremos, mas, por ser uma colunista do jornal *O Globo*, teve a dimensão que teve. A Comissão Nacional da Verdade teria que, novamente, em um foco político, ter ido àquele local para deixá-lo registrado como um centro de tortura e também de possível extermínio.

Tivemos essas faltas.

Tivemos uma falta que, julgo, temos de levantar e discutir dentro do Congresso, fora do Congresso, que é a questão da Lei da Anistia: revisar ou reinterpretar? A revisão corre o risco de estar aceitando que a interpretação passada era legal, era tecnicamente legal, tanto que estamos revisando e estamos dizendo: "Não, ela não absolve os torturadores." Mas, no momento em que se fizer isso, não vai existir o princípio de que a lei não retroage em prejuízo de alguém? Vamos a outro ponto: se acontecer isso, vai parar no STF, ou seja, vai acabar lá também a interpretação para se, no caso de qualquer revisão, de qualquer mexida, vai poder retroagir, e nós estaremos dizendo, então, que aquela interpretação era uma interpretação tecnicamente legal.

A Comissão Nacional da Verdade tinha condições de demonstrar que não houve o tal pacto, que foi uma das premissas do Eros Grau. Não está provado esse pacto! Quem participou dele, como o foi... Até porque existiam dois projetos de Lei da Anistia em que um venceu pela diferença de cinco mil votos. *(Pausa.)*

Cinco votos, perdão.

A reinterpretção, também, a nosso juízo, foi um aodamento, em 2010, da OAB, e não algo integrado com todas as forças, em um momento em que havia a possibilidade de se interpretar a composição do STF. Hoje, há uma composição diferente; hoje, nós podemos voltar a pensar nisso. Mas, acima de tudo, se usa sempre que a Lei da Anistia, principalmente aos que advogam a anistia para os torturadores, os agentes de Estado que cometeram os crimes de lesa-humanidade, é recíproca. Ontem mesmo, dizia o Ministro Mello que, além de ser recíproca, a anistia é esquecimento, como se a história pudesse ser esquecida, como se a ditadura pudesse ser esquecida, como se o golpe pudesse ser esquecido. Se ela é recíproca, e o §2º da Lei, que fez com que companheiros nossos permanecessem na prisão após a promulgação da lei, é o mesmo parágrafo que, se aplicado aos agentes da ditadura, eles terão de ser condenados.

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON - Então, a Lei da Anistia, ela perpetrou as graves violações de direitos humanos na medida em que deixou esses companheiros presos e não obedeceu à isonomia constitucional. Então, vá para um lado ou vá para outro, os agentes de Estado que cometeram esses crimes têm de ser responsabilizados, têm de ser penalizados, não por nós, mas acima de tudo porque, só assim, nós vamos poder colocar um marco na democracia brasileira, um marco em que a gente poderá dizer: Tortura nunca mais! Ditadura nunca mais! Democracia sempre mais!

Mas, até lá é preciso tomar cuidado com algumas sugestões, aparentemente consequentes, aparentemente louváveis, mas que podem ter um viés que não nos satisfaça. Exemplo: as Forças Armadas devem pedir desculpas à Nação. Verdade absoluta! Mas o pedido das Forças Armadas não substitui a Justiça, não substitui a penalização, a criminalização dos agentes que cometeram esses crimes de lesa-humanidade. O maior exemplo, comprovado, insofismável, de que as Forças Armadas não colaboraram foi o Hospital Central do Exército. Fomos lá, falamos com toda direção, general, coronéis, etc, e eles negaram que tivessem os nossos plantões médicos, mas, depois, uma denúncia anônima fez com que o Ministério Público e a Polícia Federal descobrissem que havia um depósito com essas fichas médicas no hospital.

Nós temos a concepção de que o golpe, tendo sido ilegítimo, ilegal, plantou uma árvore que deu todos os frutos podres, e cada galho dessa árvore tem de ter um antídoto para que não mais aconteça. E nas recomendações, nas 29 recomendações, não é isso o que se encontra. Também não se encontra o papel dos Estados Unidos no golpe, um papel que previa que, se houvesse resistência do povo brasileiro, existiria o plano de dividir o País em dois, e o Governador Magalhães Pinto seria o Governador da parte leste para cima. Isso não é uma questão de achar, mas está comprovado nos arquivos do próprio Estados Unidos que já foram liberados.

Os atores e fatores do golpe ainda não estão exaustivamente analisados, tanto que se elogia muito - e se deve elogiar - aqueles órgãos e próceres da República que lutaram contra a ditadura, mas nós tivemos órgão e próceres da República que acolheram o golpe. E, quando se vê o País, hoje, trocando a paranoia do comunismo pela paranoia a ser criada, o que se tenta disseminar, do bolivarianismo, isso exige que todo brasileiro, e, principalmente, de nós que vivemos essa parte, explicito o que foi esse golpe, o que produziu essa árvore podre da história do Brasil.

Então, tudo isso nos remete aqui e temos de ter a continuidade deste trabalho. O trabalho não foi suficiente, embora tenha sido um trabalho que, dentro da precariedade, dentro da falta de colaboração, foi exitoso. A CNV, em sua recomendação, fala de um órgão, um órgão que nós acreditamos que deva ser um órgão de Estado - não está explicitado isso - com representação do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público Federal e de três entidades representativas da sociedade civil, um órgão com sede e representação...

(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO CELSO CALMON - ...que daria guarda, manutenção e continuidade deste trabalho.

Mas isso também não é suficiente, porque o que aconteceu no Brasil não aconteceu de forma isolada. E, aí, nós temos a Operação Condor, que também não foi suficientemente aprofundada no relatório da CNV. Por isso, estamos propondo a constituição da Comissão da Verdade do Cone Sul. Sabemos que algumas Comissões da Verdade de outros Estados da América do Sul avançaram mais que a do Brasil. O Brasil também tem uma contribuição a dar na integração do continente, seguindo a linha do Mercosul, seguindo a linha do Unasul, que seria a criação dessa Comissão, que teria a vantagem de fazer com que, na medida em que há troca de experiência, com que cada Estado avance um pouco mais, de tirar o peso de um Estado só e de passá-lo para o ambiente maior em que vamos, mais uma vez, ter o envolvimento dos Estados Unidos nesse sentido.

Nosso atraso é tanto que, ontem, no meu Estado, depois de 16 anos de uma lei de reparação aos capixabas que foram atingidos pela ditadura, depois de 16 anos em que houve o primeiro projeto de lei não aceito, a Assembleia Legislativa teve à mão esse projeto de lei, enviado pelo Governo atual, que está deixando, e elaborado pelo Fórum Direito à Memória e à Verdade, mas o Governador que vai assumir, que tem o domínio da Assembleia Legislativa, orientou que não se aprovasse essa lei.

Esses atrasos que existem em alguns Estados do Brasil fazem com que nós, da Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, entendamos que nossa luta só foi alcançada com um patamar de vitória, mas que vai continuar enquanto não houver a criminalização daqueles que fizeram à Nação brasileira, aos filhos desta Mãe Gentil, as barbaridades dos crimes de lesa-humanidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Quero registrar a presença de Aluizio Palmar, ex-presos político, perseguido e sobrevivente - ele é do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu; José Francisco, da Comissão da Verdade e do Sindicato dos Bancários de Brasília; Fabrício Paes, Diretor de Memória da UNE, representando, simbolicamente, Honestino de Guimarães, mártir da resistência à ditadura; Márcio Araújo, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; Maria da Conceição Alves, da Consultoria Legislativa do Senado; Mila Landin, também da Consultoria do Senado; Nilo da Silva, da Universidade... (*Pausa.*)

Não consigo ler.

A presença de Lucas Goes, da SDH; Francisco Bruno, da Liderança do PSB; Leonel Sousa, da CSB, de São Paulo; e Francisco, ex-presos político de Pernambuco.

Nós temos aqui uma lista de pessoas que gostariam de intervir, mas, às 12h, exatamente, nós teremos o lançamento do livro *Um Homem Torturado: nos Passos de Frei Tito de Alencar*. Vai ser lançado às 12h. Então, nós temos uma limitação de tempo.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) - Explique onde é o lançamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Será no *hall* da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, no corredor em frente da Taquigrafia, não é isso? Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko.

(*Pausa.*)

Após o túnel que vai para os anexos.

Eu passo a palavra à Vice-Procuradora-Geral da República, Drª Ela Wiecko.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Eu saúdo a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe, que presidem esta audiência pública, aos demais integrantes da Mesa e a todas as pessoas que acompanham esta audiência pública presentes aqui ou em outros lugares *on-line*.

Incumbiu-me o Procurador-Geral da República, que está ausente da cidade, que eu o representasse nesta audiência pública, o que demonstra bem o sentido do reconhecimento da relevância desta audiência pública e, sobretudo, da oportunidade, muito embora o relatório tenha sido lançado ontem, e, por conseguinte, muitos aqui já externaram a impossibilidade de ler o conteúdo integral, o que é nosso caso também. Essa rapidez demonstra o envolvimento do Poder Legislativo, especialmente do Senado, em dar uma resposta à sociedade brasileira a partir das conclusões do documento, do relatório que foi publicado e das recomendações.

Então, o que é preciso dizer, do ponto de vista do Ministério Público - e aqui quero frisar mais uma vez que, substituindo ou representando o Procurador-Geral da República, eu estou representando todo o Ministério Público brasileiro, não só o Ministério Público Federal, mas também todos os Ministérios Públicos estaduais, porquanto o Procurador-Geral da República preside o Conselho Nacional do Ministério Público -, deste lugar de fala do Ministério Público, é que este relatório, além de ser um fato político, é um fato jurídico. E isso para nós, do Ministério Público, é muito importante, porque ele gera consequências jurídicas, consequências em nossa atuação extrajudicial, mas, sobretudo, judicial.

Ressalto que o relatório foi produzido por um órgão de Estado e que, como foi também muito pontuado pelo seu Presidente, Presidente da Comissão Nacional da Verdade, foi um documento feito com o rigor metodológico e com fatos comprovados em documentos, e não em opiniões; enfim, em uma cadeia de elementos probatórios que permitiram a emissão de

conclusões. Entre essas conclusões, para nós, do Ministério Público, duas são extremamente importantes: a Conclusão nº 2, da Comprovação do Caráter Generalizado e Sistemático das Graves Violações dos Direitos Humanos, Conclusão, que permite a Conclusão nº 3 - elas estão encadeadas -, da ocorrência, no período analisado, de crimes contra a humanidade. Essas duas conclusões dão um suporte ao Ministério Público naquilo que foi agora solicitado - e que também consta do Relatório -, que é a punição dos torturadores.

O Relatório dá uma base de comprovação fática. Ela já existia, mas - eu repito - ela é agora qualificada com uma declaração do próprio Estado brasileiro por um de seus órgãos. Então, isso vai permitir, com maior largueza, a atuação do Ministério Público Federal, que já vem sendo realizada, nas ações penais propostas em primeiro grau, e também a atuação junto ao Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 153, que ainda pende de julgamento de embargos de declaração. Nessa ação, o Sr. Procurador-Geral da República, muito recentemente, encaminhou uma manifestação escrita em que ela segue exatamente os mesmos argumentos, as mesmas conclusões agora presentes neste relatório. Então, é um fato também o Relatório que deverá ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Também, chamou-me a atenção, na Mesa anterior, quando o Dr. Pedro Dallari explicava o conteúdo desse relatório, o volume 2, que é um volume que contempla análises autorais. Ele explicou que não foram votadas, mas também foram produzidas com um rigor metodológico e, também, são muito importantes para a atuação do Ministério Público Federal. E eu gostaria de ressaltar uma delas, que já foi, inclusive, ressaltada pelo Dr. Gilney Viana, que é aquele relatório relativo aos direitos indígenas e que traz elementos muito claros de que havia uma política de Estado de supressão dos povos indígenas. E isso é muito importante para a discussão atual dentro do Supremo Tribunal Federal, onde, a partir do julgamento da homologação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, foram estabelecidas algumas condicionantes, e uma delas, que ganha foros agora de uma norma que deve ser seguida, é a de que, se num determinado local os indígenas não estavam no dia 05 de outubro de 1988, eles perderam o direito. Então, esse documento que foi produzido pela Comissão Nacional da Verdade mostra como os povos indígenas foram espoliados pelo próprio Estado. E não é justo que, agora, nós não reconheçamos essa espoliação e exijamos - que é isso que está sendo exigido - que eles provem que resistiram contra o Estado brasileiro para se manter em determinado local até o dia 05 de outubro de 1988.

Numa leitura rápida das recomendações, eu procurei verificar o que havia de específico em relação ao Ministério Público, e localizei a Recomendação nº 7, que trata da retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito, providência que o Ministério Público já tomou em algumas situações. Mas, naturalmente, agora, com essa recomendação - como, aliás, em outras -, se impõe que o Ministério Público Federal, bem como os Ministérios Públicos Estaduais se debrucem numa estratégia que dê uma resposta - não é? - coordenada e rápida a todas aquelas questões em que se exige atuação direta do Ministério Público, porque sempre haverá um largo campo de atuação posterior. Ou seja, porque há muitas recomendações que são dirigidas à Administração Federal, ao Governo. Então, na medida em que essas recomendações, elas não forem implementadas, o Ministério Público, ele, também, tem o campo de atuação contra a omissão dos administradores.

Eu gostaria, ainda, de ressaltar que, no âmbito do Ministério Público Federal, temos grupos de trabalho e, até, três órgãos internos que se ocupam das questões que são colocadas no relatório diretamente relacionadas ao que aconteceu no período da ditadura civil-militar, mas, também, das consequências - não é? - dessa ditadura, que são consistentes na persistência da tortura, nas buscas e apreensões fora da lei, enfim, em todas as atividades que são exercidas, principalmente, pelas polícias e que não seguem as regras do Estado democrático de direito. Então, temos grupos de trabalho e, inclusive, a criação, também muito recente, de uma câmara de coordenação e revisão no Ministério Público Federal do controle externo da atividade policial e do sistema prisional, que já tem se ocupado, exatamente, dos temas especificamente levantados nos itens 12, 13 e 14 das recomendações. E, também, é importante referir que, no Conselho Nacional do Ministério Público, que congrega todo o Ministério Público brasileiro, também há uma preocupação e reuniões no sentido de aprimorar, de fortalecer a atuação do Ministério Público no controle externo da atividade policial e na fiscalização do sistema prisional. E um outro órgão que tem se ocupado, dentro do Ministério Público Federal, é a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e, nesse âmbito, um dos temas, também levantado nas recomendações, é o ensino nas Forças Armadas. É um tema que já foi objeto de alguma preocupação, mas que, realmente, ele precisa de um maior empenho, porque não é só no ensino, mas, também, no recrutamento - não é? - do pessoal das Forças Armadas; e, depois, no ensino é que nós temos que dar uma especial atenção de que isso se faça de acordo com os valores democráticos que estão sinalizados pela nossa Constituição.

Então, Srª Senadora, Sr. Senador, esses são os comentários, as observações e a manifestação imediata do Ministério Público, e que, sem dúvida, poderiam ser, até, mais meticolosos, não fosse, justamente, essa compreensão de todos de que não houve ainda a possibilidade de fazer uma análise detida de toda essa riqueza que o relatório da Comissão Nacional da Verdade nos traz.

Muito obrigada, então, por esta oportunidade de...

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT - ES) - V. Exª tem mais cinco minutos.

A SRª ELA WIECKO V. DE CASTILHO - Eu sei, mas acho que existem outras pessoas, também, que querem falar. Eventualmente, podemos, até, manter um diálogo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado, Drª. Ela.

A questão indígena é preocupante hoje, extremamente preocupante. Nós acompanhamos, aqui na Comissão, em várias oportunidades, depoimentos de indígenas que são violentados, perseguidos, que têm suas terras invadidas, e nós temos encaminhado e buscado solução, sendo em alguns Estados mais graves do que outros. No caso de Mato Grosso do Sul, nós fizemos uma diligência externa, estivemos nas áreas de conflito. Mas nós estamos avançando muito pouco, até porque a própria Justiça terminou se transformando num grande entrave, os processos demoram décadas para serem resolvidos e a comunidade fica sem o direito de retornar às terras que lhe pertenciam de fato, e que aquilo que a Constituição garante, seus direitos originários, está sendo desrespeitado, porque a justiça que tarda não é justiça. E, agora, com essa interpretação do Supremo extremamente preocupante - que o direito seja reconhecido só a partir de 1988 -, para as comunidades indígenas é uma situação muito temerosa - não é? E, aqui mesmo na Câmara, tramita a PEC nº 215, que, se aprovada, aí, então, é que nós vamos ter o entrave definitivo no processo de demarcação, de homologação das terras indígenas.

Mas vamos dar sequência. Eu passo a palavra à Srª Eugênia Gonzaga, por favor.

A SRª EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA - Muito boa tarde a todos e todas.

Agradeço o convite feito pelo Senador João Capiberibe, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares, especialmente a Senadora Ana Rita.

Drª Ela Wiecko, minha parceira de Ministério Público Federal - se eu posso falar assim, pois somos da mesma instituição, mas a tenho como grande referência de atuação e de exemplo para mim; Diva, querida, familiar e também, agora, parceira na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos; e Francisco, muito boa tarde.

Bem, estou aqui, hoje, na qualidade de Presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, função que passei a desempenhar apenas agora, em julho de 2014. E recebi esse convite, obviamente, pelo trabalho que eu desempenhava antes como Procuradora da República. Então, acho que tenho que me ater mais a esse período do que agora, como Presidenta da Comissão, e depois dizer o que nós podemos fazer de agora em diante, porque acho que a Comissão Especial sobre Mortos, ela pode ser tida como a nossa primeira Comissão da Verdade no Brasil e ela é a destinatária natural desse legado imenso relacionado à continuidade das buscas pelos corpos dos desaparecidos políticos e de tantos outros - não é?

Bem, a Comissão Nacional da Verdade foi criada após a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. É bom que a gente sempre se lembre disto: O Brasil é um dos países mais atrasados, aqui, na América do Sul no seu dever de fazer justiça de transição. Nós, no Ministério Público, fizemos parte de um grupo pequeno de Procuradores que começaram e deram início a essas medidas visando a uma mínima reparação, a uma mínima justiça de transição. Sendo assim, eu tive a honra de ser uma das coautoras das primeiras ações de responsabilização de pessoas, como Romeu Tuma, como Carlos Brilhante Ustra, como Harry Shibata. Todos eles já foram réus desde os anos 2006, 2007 e 2008, mas eram iniciativas isoladas e sempre com essa imensa dificuldade relacionada à Lei da Anistia, mas que nós fomos enfrentando, até porque começamos no âmbito cível. Então, registro, também, aqui, a postura do Dr. Marlon Weichert, colega Procurador, que esteve comigo e com outros valorosos colegas à frente desses temas. Mas, como eu disse, eram iniciativas isoladas, muito difíceis e muito sem estrutura. A própria busca pelos corpos dos desaparecidos políticos, eu venho acompanhando isso desde o ano de 2002, ela só chegou ao Ministério Público Federal pela total omissão do Estado brasileiro nesse tema. É uma situação dramática - não é? - de 1,4 mil ossadas exumadas no Cemitério de Perus desde 1990 ainda precisando de análise, as buscas no Araguaia ainda de maneira muito incipientes, e tantas outras frentes de trabalho abertas.

Bem, constatamos que era preciso uma Comissão Nacional da Verdade como uma das medidas que o Estado brasileiro precisava tomar. E começamos a bater nessa tecla até muito antes da condenação do Brasil pela Corte Interamericana. Mas não tivemos essa felicidade: a Comissão foi instaurada apenas após a condenação. E, no início, nós, até, éramos muito críticos em relação à Comissão, porque já começava pelo seu tempo de duração: dois anos para se apurar vinte anos. Era uma medida quase impossível, uma tarefa quase impossível. Logo que a Comissão da Verdade foi criada os discursos todos eram: não estamos aqui para justiça. O Gilney, com sua percuciência observou muito bem, não é Comissão Nacional da Verdade e Justiça, foi só Comissão Nacional da Verdade.

E não se falava em justiça e responsabilização. Era um tabu isso há dois anos, porque também tínhamos acabado de receber esse banho de água fria do Supremo Tribunal Federal, dizendo que a Lei da Anistia, conforme foi muito bem observado aqui, teria anistiado também os agentes, e a lei não diz isso, o texto da lei não diz isso. Pacto até hoje não aprendi na faculdade, Dr^a Ela, que pacto fazia parte do corpo da lei. Eu não soube isto, que o texto da lei incluía o pacto prévio. Então, um método de interpretação histórico que eles não explicam nos livros de hermenêutica. Primeiro, temos que verificar que pacto gerou aquela lei. Temos de ver o momento histórico, mas respeitar pactos é uma situação realmente bem inusitada. Mas, enfim...

Então, vem a Comissão Nacional da Verdade com este tabu, com esta dificuldade de falar em responsabilização, com esse pouco tempo, e veio. Só que hoje eu discordo das críticas que estão sendo feitas aqui. Acho que com esse pouco tempo o resultado apresentado é muito bom. Acho que foi feito um grande movimento, acho que tivemos momentos emocionantes na Comissão Nacional da Verdade como a situação em que foram exumados os restos mortais de Jango, de João Goulart. Independentemente de quem foi João Goulart, eu não discordo nem concordo com ele, mas era um presidente da República enterrado sem nenhuma honra de Estado e ele teve essa dignidade. Foi feita a cerimônia dele com todas as honras de um presidente da República, porque ele simplesmente foi deposto, foi quebrada essa trajetória dele. Acho que teve momentos muito importantes.

Outro ponto é que proliferaram as comissões da verdade, isso foi extremamente positivo, porque a Comissão Nacional da Verdade não pretendeu ser exclusiva. Então, ela não é a única a apresentar a sua posição. Isso fez com que, eu acho, seja muito enriquecedor todo esse clima criado.

E mais, ontem, me chamou muita atenção bastante interessante que tinha na hora da entrega. Um número um em romano junto do banner, imenso, da Comissão Nacional da Verdade. Era um izinho pintado de amarelo. Dá-se a entender que pode ser esta a primeira Comissão Nacional da Verdade, dá-se a entender. Acho que ficou subliminar isso. (*Palmas.*)

Acho que ficou.

Outro ponto foi muito importante sugerir a criação de um órgão permanente e já dizer aquilo a que veio. Então, ela aumentou os nomes. Estou extremamente feliz com o fato de terem sido indicadas as responsabilidades, porque isso, como eu disse, era um tabu. Eu não imaginava, aqui falando por mim, como já foi recomendado aqui anteriormente, falando por mim, eu não imaginava que chegassem a tanto com a nomeação e de tantos nomes. Acho que o Ministério Público Federal agora tem... Já vinha trabalhando, já possuía mais de uma centena de inquéritos instaurados. O Ministério Público Federal já vem trabalhando nisso há muito tempo e já tem um grande caminho trilhado, mas acho que esse relatório, como disse muito bem a Dr^a Ela, é um fato jurídico importantíssimo, reconhece como crime contra a humanidade, cita nomes, diz as circunstâncias. Tudo isso acho que permite um avanço imenso.

Obviamente o nosso óbice ainda está no Poder Judiciário, e precisamos lutar em relação a este óbice. Mas ele não está só no Poder Judiciário. Temos um óbice imenso na opinião pública também, porque hoje falamos aqui tanto de um Bolsonaro da vida, que não é a primeira vez que comete atos incompatíveis com a ética parlamentar, mas ele é o mais votado. Acho que isso reflete... E eu não acredito que as pessoas todas que votem nele concordem com essas coisas, eu não acredito nisso. Eu acredito, sim, que falta muita comunicação, falta muita abertura. (*Palmas.*)

Nós estamos vivendo uma crise imensa de dificuldades de comunicação desses princípios. Segunda-feira, no Sindicato dos Engenheiros, falei: nós defendemos princípios e não esta posição ou aquela, defendemos justiça social, um Estado democrático de direito, com respeito à propriedade privada, que cumpra sua função social. É incrível que não consigamos explicar essas coisas para as pessoas.

Então, acho que temos realmente muitos obstáculos e muita coisa a ser feita. Nesse sentido, para encerrar a minha fala, me colocando aqui nesta qualidade de membro e presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, tive muito orgulho em aceitar, fiquei muito feliz, porque com o Ministério Público Federal vim batendo frequentemente nesta tecla de que a Comissão precisava ser estruturada. Então, recebi uma resposta muito importante: então venha presidir, vamos ver o que vai sugerir. E não é fácil, realmente não é fácil. Enquanto a Comissão Nacional da Verdade foi criada com toda estrutura, esta Comissão que foi criada em 1995, que é fruto da vitória dos familiares que o Gilney falou aqui, dessas pessoas que não desistiram nunca, reunindo-se em suas casas, levando documentos, fazendo coisas incríveis sozinhas, sem nenhum apoio do Estado, só por causa delas nós estamos aqui hoje. Só por causa delas o Ministério Público passou a trabalhar o tema. Só por causa delas temos uma comissão da verdade, e esta Comissão é fruto dessa imensa vitória. Só que ela é fruto daquele tipo de vitória que dá com uma mão e tira com a outra, porque foi uma comissão criada sem absolutamente nenhuma estrutura. Então, hoje chega pedido lá para fazermos exumação do corpo do Stuart Angel. Nós não temos equipe para fazer essa exumação. Fizemos isso de uma maneira *ad hoc* nos Estados, com a colaboração dos IMLs, com o Ministério Público acompanhando. Eu brinco que acompanhei tantas exumações desse jeito que já tenho

mais horas do que muito médico legista, de tanto que fizemos. Mas foi de uma maneira que não era a maneira correta. Exumar um corpo não é chamar um médico e um policial e abrir a sepultura. Tem que ter um arqueólogo, tem que ter um geólogo, tem que ter as pessoas que retratem a maneira como aquele corpo estava, tem que ter a maneira certa de tirar. Então, até hoje não vemos fazendo isso de uma maneira correta. Esperamos que tudo isso sirva para conseguirmos revisar a lei que cria a Comissão Especial sobre Mortos. Essa Comissão tem um óbice, Gilney, ela não tem como trabalhar em corpos de pessoas que não tiveram ligação com a militância política, que não se envolveram em conflito armado pela militância política. Então, hoje, nem que queiramos reconhecer a questão dos indígenas, não tem como ser pela Comissão. Mas essa lei precisa ser revista, porque, assim como a lei da anistia, ela tem que tratar de casos de exceção. E todos esses são casos de exceção. *(Palmas.)*

Como foi dito, a história de que tivemos 434 vítimas não reflete a verdade. A ditadura produziu milhares de vítimas no Brasil e essa questão indígena é da maior gravidade, ela está no cerne de toda nossa história. Só que não vejo como sendo um defeito do relatório, acho que o relatório dá meios para continuarmos, elementos para que prossigamos de uma maneira definitiva na Justiça de transição brasileira.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado, Sr^a Eugênia Gonzaga.

Agora estamos com o lançamento do livro, mas vamos abrir a palavra a algumas pessoas que gostariam de se manifestar da plenária e vamos ouvi-las.

Eu queria destacar a necessidade, para a democracia, da existência dos radicais. É fundamental. Precisamos conviver com... Agora eles precisam aprender a conviver com a democracia. Essa é a grande dificuldade. A votação não me impressiona, sabe por quê? Porque, hoje, eleição no nosso País é marcada pelo poder econômico, ela é determinada, ela é determinante.

Nós temos aqui um debate, que vai ser travado no próximo ano, que é a reforma política. Não é possível uma eleição futura, nos mesmos moldes da de outubro passado, é inadmissível. A composição da Câmara e do Senado, se nós criticamos a que está aí, a que vem será, talvez, um pouco mais complicada. É a força do poder econômico, e nós vamos acompanhar de perto isto, na hora em que o Supremo liberar os nomes dos políticos envolvidos com os escândalos da Petrobras.

Em relação à Justiça, realmente, é preocupante. Nós temos essa preocupação de que, quando os processos chegam à Justiça, há lentidão, vão se arrastando, se arrastando, e, principalmente, quando diz respeito às comunidades indígenas, isso é um problema sério, mas o último recurso que nós temos, na hora do conflito, é o Judiciário. E quando o Judiciário se comporta da forma como nós temos presenciado, a nossa preocupação se torna maior ainda.

Mas, enfim, vamos ouvir aqui o Sr. Betinho Duarte, da Comissão da Verdade de Minas Gerais.

Agora, o tempo, eu vou pedir a compreensão para que a gente possa pegar um pouquinho do lançamento do livro.

O SR. BETINHO DUARTE - Boa tarde a todos. Cumprimento o Senador João Capiberibe, todos da Mesa e todos os presentes. Como ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ex-prefeito interino, Senador, eu vou tentar cumprir o prazo regimental.

Eu tenho três sugestões a fazer, três elogios e uma crítica.

Antes de fazer as sugestões, eu queria dizer que eu estou vivendo momentos impactantes na minha vida, momentos maravilhosos da minha vida, como eu nunca vivi. Eu queria dizer, inclusive, que eu acabei de voltar de Cuba, não porque os fascistas nem a elite branca me mandaram para Cuba, mas porque fui participar do intercâmbio cultural Brasil e Cuba, passando o filme Marcas da Memória, 50 anos do golpe militar, que teve uma aceitação incrível.

Eu queria dizer até, Senador, que, se o senhor pudesse, com a Senadora Ana Rita, aprovar aqui uma solicitação ao Presidente Barack Obama para que libertasse os três heróis cubanos que estão ainda presos, nos Estados Unidos, para que eles passem o Natal em casa, seria de fundamental importância. *(Palmas.)*

As minhas três sugestões são - inclusive não são minhas, são da rede, já discutimos há muito tempo atrás, e não venham dizer que é revanchismo -:

1) A realização de um tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar. Tentamos fazer isso, no ano passado, e não conseguimos. Fica essa ideia da realização desse tribunal popular internacional para julgar os crimes da ditadura militar.

2) A frente nacional em defesa da democracia e contra o fascismo, também estamos discutindo na rede. A Presidenta Dilma foi reeleita, tem que tomar posse e governar. Isto é uma balela: "Fora Dilma!" Isto é crime: "Fora Dilma", impeachment e intervenção militar. Isso é crime constitucional. Não aceitamos isso, em hipótese alguma. Falam em intervenção militar para combater a corrupção, mas, na essência do golpe, havia corrupção, os que deram o golpe eram corruptos. É só pegar

o caso de Itaipu, Angra dos Reis, Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Serra Pelada e Petrobras, que foi saqueada naquela época. Lembro também que os torturadores ficaram riquíssimos, porque quando eles invadiam os nossos aparelhos, saqueavam tudo. Ficaram riquíssimos. Em Minas, inclusive, são hoje proprietários de minas de ouro e de outras minas. No Rio de Janeiro, transformaram-se em bicheiros e presidentes de escolas de samba.

3) Essa questão de colocar na internet é meio complicada. Queremos sugerir à Presidenta Dilma, que imprima milhares desses relatórios, para que vão para as escolas, para as universidades, enfim, porque, ontem, por exemplo, tive dificuldade em ler o relatório. Veja bem, isso é documento histórico que deve ir para escolas, universidades, bibliotecas, para que a população tenha acesso. (*Palmas.*)

Elogios.

Eu quero primeiro, inicialmente, elogiar o Gilney. (*Risos.*)

Gilney é um companheiro de longa data, inclusive ex-Presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção Minas Gerais. Ele estava preso em Linhares. Fizemos uma campanha, mas ele não foi anistiado. A companheira dele na época me procurava: "Betinho, Betinho, vamos fazer alguma coisa porque senão o Gilney não vai sair." E nós fizemos e ele saiu. Então, o Gilney, naquela época, há muitos anos, já levantava a ideia de formação de comitês, e agora eu vou elogiar a Rede Brasil, Memória, Verdade e Justiça, porque graças a essa rede nós conquistamos vários avanços. São mais de cem comitês - não é isso, Calmon? - no Brasil inteiro. São mais de cem comitês, comissões, etc.

E o último elogio eu faço à Comissão Nacional da Verdade, que estão de parabéns. Podemos fazer alguma ressalva, mas um trabalho de 2 anos e 7 meses para investigar 42 anos é um trabalho fantástico e, na verdade, um ponto de partida e o início de uma longa caminhada pela frente.

E, por último, a crítica que eu gostaria de fazer, é exatamente ao Ministro, e eu não devia nem fazer nem citar o nome dele, tampouco, Marco Aurélio Mello. Eu não sei por que, voltando de São Paulo, eu comprei o *Estadão*. Eu não tenho o costume de ler nenhum jornal, por sinal, porque eu acho que a imprensa, de um modo geral, é do Partido da Imprensa Golpista, mas o Anivaldo Padilha me sugeriu ler porque ele deu uma entrevista. E eu vi essa entrevista aqui do Marco Aurélio Mello, e eu cá para trás. Ele fala que, um Ministro do Supremo mexer em um assunto para punir os torturadores, como querem os integrantes da Comissão Nacional da Verdade, é impensável, nas atuais regras constitucionais. E ele ainda fala, "crime continuado como? Na passagem para a democracia, se as pessoas não apareceram é porque estão mortas". A minha leitura é que são lixos. "O essencial da questão não se altera e, portanto, o espírito de conciliação negociado deve prevalecer". Negociado com quem? Os torturadores não negociavam com a gente. Colocavam na cadeia para o interrogatório e no pau de arara. E todos nós sabemos que tortura é crime de lesa-humanidade, imprescritível, inafiançável, e o Brasil assinou esse tratado de estar na Constituição e tem que ser cumprido. Não venham com essa conversa de que tortura não pode punir, até porque tem gente falando em faixa etária. Lei e tratado não tem faixa etária. Até porque os torturadores espancaram e torturaram bebês e crianças. Nós conhecemos um caso: o Fleury, no colo da empregada, deu um tapa na cara de um bebê, que ficou com sequelas, e, recentemente, esse rapaz suicidou-se.

Então, na verdade, em página virada... Eu pergunto para vocês, que página virada é essa? Eu pergunto a Diva: que página virada é essa, Diva? Eu pergunto ao Togo, cujo pai é desaparecido político: que página virada é essa? Eu pergunto ao Gilney, que foi barbaramente torturado: que página virada é essa? Não tem página virada para nós, não. A página não vai virar, e as nossas cicatrizes jamais serão lavadas se não houver justiça, mesmo assim as cicatrizes ficarão. (*Palmas.*)

Queremos justiça Senador, e vamos ter essa justiça, custe o que custar!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Anistia é esquecimento, não é? Mas muitos companheiros, como o Gilney Viana, não foram esquecido. Não esqueceram o Gilney. Não esqueceram tantos outros, não é? Houve um pouco a contradição de quem defende o indefensável.

Vamos conceder a palavra à Laurenice Noleto, da Comissão de Jornalistas de Goiás.

A SRª LAURENICE NOLETO - Eu faço questão de fazer uso da palavra, porque o tema que me traz aqui a falar é justamente de uma importância muito grande, que foi muito pouco colocado aqui, a não ser pela Drª Eugênia, que levantou a questão da comunicação. No registro, no levantamento de vários comitês, inclusive das comissões de jornalistas formadas pelo Brasil todo, em uma coordenação da Federação Nacional dos Jornalistas, que também criou a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, nós fizemos muito levantamento sobre a participação de jornalistas que foram vítimas da ditadura, como temos aqui na bancada, Pinheiro Sales, um dos jornalistas que deve ter sido o mais torturado do Brasil, e Jarbas, outro exemplo de resistência, de jornalista que foi extremamente torturado. E eu tenho o meu marido,

que foi vítima - que eu escrevi agora recente um livro sobre a vida dele -, Vilmar Antônio Alves, que foi sindicalista em Goiânia e em Brasília.

Tenho a informação que o Dr. Pedro me deu ali na saída, porque não tive tempo de ler também o relatório, de que a questão da comunicação está, sim, contemplada no item 8, Capítulo VIII, e não sei o quê. Não deu tempo de eu ler ainda. Mas eu quero chamar a atenção de todos nós, e, principalmente, de quem hoje vai trabalhar a continuidade do trabalho apresentado pela Comissão da Verdade, principalmente vocês companheiros que estão aqui de lutas e com representatividade, sobre a importância do papel da imprensa, ontem, no golpe, e hoje. Nós estamos vendo se repetir muita coisa que aconteceu para o pré-golpe de 64. Os Ipes e Ibad de ontem têm novos nomes hoje. Pode ser Millenium. Pode ter vários outros nomes. Mas nós temos consciência disso e precisamos nos preocupar com isso, porque, se não for tratada a questão da comunicação, a repetição da história é muito provável que aconteça, e as nossas vítimas da comunicação, vai ficar sem sentido o sacrifício delas. O empresário comprometido de ontem, continua comprometido hoje, e ele precisa ser denunciado e precisa ser vigiado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Eu passo a palavra à Ivete Caribé, da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.

A SRª IVETE CARIBÉ ROCHA - Bom dia! Bom dia à Mesa, especialmente na pessoa do seu Presidente, Senador João Capiberibe! Bom dia à Senadora Ana Rita!

Minha fala é muito rápida, até porque é complementar àquilo que o companheiro Francisco já falou. Realmente pensarmos e lutarmos pela constituição desta Comissão da Verdade do Cone Sul, porque o meu grupo de trabalho na Comissão Estadual da Verdade do Paraná e Teresa Urban, que foi do grupo de trabalho Operação Condor, verificamos, na Argentina, no Paraguai, no Uruguai, no Chile, a existência de muitos documentos, e nós não conseguimos dar conta do trabalho. Então, é extremamente importante a criação da Comissão do Cone Sul e também de uma justiça especializada para o julgamento desses crimes. A Argentina tem isso. Tive oportunidade de assistir a um julgamento. E foi, para mim, muito impactante, porque ela funciona das 8h até a hora que terminar, com juízes especializados na questão.

Então, eu acho que nós temos que pensar, também, em algo parecido, porque o exemplo é muito bom.

Agradeço muito e vou dar a oportunidade a outros companheiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Com a palavra o jornalista Jarbas Silva Marques, da Comissão da Memória e Verdade do Sindicato de Jornalistas do DF.

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - Senador, antes de nós, o Sindicato dos Jornalistas, num projeto que a Nonô falou sobre a criação pela Fenaj, essa subcomissão, além de enfrentar os quartéis... O depoimento mais importante sobre a repressão em Brasília foi dado nessa sala ao senhor. Foram os colegas jornalistas presos, e nós identificamos, a 200 metros do Congresso e a 300 metros do Palácio do Planalto, nos centros de tortura que a Marinha fez e nos centros de tortura que o Exército fez no prédio do Exército, ao lado do Prédio da Marinha. Foi extremamente importante esse depoimento à subcomissão. Antes, a Senadora Ana Rita, quando a gente ainda lutava pela criação da modificação do projeto da Comissão da Verdade, colocou o plenário à nossa disposição, da Iara, do Gilney, dos companheiros de Brasília, pela responsabilidade territorial física que a gente tem de representar aqueles que não podem vir.

Nos depoimentos aqui, nós vimos que esse centro da Marinha foi porque... A crítica que nós fazemos à Comissão da Verdade é que, em Brasília... Só faltou que a gente fizesse requerimento à Comissão Nacional da Verdade para dizer os locais de tortura em Brasília. E sou também membro da Comissão da Verdade da OAB-DF e, por exemplo, em Brasília, a partir de 1968, da invasão da Universidade de Brasília, quando a Marinha coloca o Capitão Azevedo como Reitor, a Marinha passa a centralizar a repressão a todo o campo social em Brasília. Essa foi a razão de montar o centro de tortura no Ministério da Marinha. Ao passo que todos aqueles, nós, que fomos torturados nos quartéis de Brasília... A concentração da repressão foi na Polícia do Exército e nos vários quartéis aqui em Brasília. Então, nem isso nós conseguimos na Capital da República. Quer dizer, o que foi fornecido em primeira mão ao Senado, através da subcomissão, o nosso Sindicato, a nossa comissão, colocou à disposição da Comissão da Verdade.

Então, a história da repressão... Por exemplo, os companheiros que estavam presos na PE, no PIC... o Antônio Bandeira, que chefiou a repressão à guerrilha, trazia cabeças e mãos para identificar aqui na PE. Vários companheiros viram latas de querosene chegando com cabeça e mão para identificar aqui aqueles que foram mortos lá e que não foram identificados lá. Eles trouxeram para Brasília. O Antônio Bandeira trouxe.

Agora, nós vamos dar sequência. Por exemplo, a Comissão da Verdade não viu a agressão à Brasília, a destruição da Universidade de Brasília, e à OAB-DF. A primeira Comissão de Direitos Humanos no Brasil foi criada aqui na OAB-DF.

E o Newton Cruz invadiu, no estado de emergência, a OAB. E uma coisa precisa ser ressaltada: a OAB foi invadida no estado de emergência, eles botaram fogo, a OAB-DF não tem nenhuma história administrativa e, pasmem, o Presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, que depois foi Senador e Presidente do Supremo Tribunal Federal, sofreu um processo. Eles botaram fogo na OAB e acusaram o Maurício Corrêa de ter sido ele quem botou fogo na OAB. Vejam o cinismo!

E a padronização, a padronização de tortura, por exemplo. Eu fui torturado aqui pela equipe do Meira Mattos, que chegou de São Domingos. E a padronização de tortura... O senhor falou de iniciar pela Polícia Civil. Sim, em parte, mas a escola de tortura do Panamá... Por exemplo, a Ivete sabe, conheceu um sobrevivente que hoje está falecido e que sofreu o mesmo padrão de tortura que eu sofri aqui no Batalhão da Guarda Presidencial, que era um padrão de destruição mental que eles chamavam de escovão. Colocavam os companheiros de processo e me afogaram em tinas de urina e fezes. E o Ildeu Manso, além de no Paraná sofrer esse mesmo padrão de tortura, teve lesões que o levaram à morte.

Então, não se discutiu - isso que foi colocado por outros aqui - o padrão de tortura adotado pelos Estados Unidos, na escola do Panamá, e os torturadores. Três dias atrás o parlamento dos Estados Unidos viu o que o Bush... O que eles ensinaram a...

(Soa a campanha.)

O SR. JARBAS SILVA MARQUES - ...240 mil militares, eles voltaram a fazer. Não precisaram das mãos sujas dos militares na América Latina. Eles mesmos fizeram pelo mundo.

Então, a grande falha desse relatório que eu vejo é até hoje o Supremo Tribunal Federal estar assentado, desde o Nelson Jobim, no processo que a família do Presidente João Belchior Marques Goulart entrou para responsabilizar o governo dos Estados Unidos pelo golpe de Estado. Por que é que esse STF, que é um tribunal de exceção, cria essa anomalia do tal pacto que não existiu? E a luta é do cinismo das pessoas que querem, como o Marco Mello, ensinar a vigiar para mais vigários.

Assim, eu quero lembrar ao senhor que essa Subcomissão teve acesso a uma coisa que estava sepultada: os centros de tortura do Exército e da Marinha, a 200 metros do Congresso Nacional e a 400 metros do palácio de despacho do Presidente da República, o Palácio do Planalto. Isso foi montado aqui, na Esplanada dos Ministérios, e, graças a sua presidência na Subcomissão, pela primeira vez na história, conseguimos provar que a ditadura foi extremamente vergonhosa.

Juscelino Kubitschek. Na comunicação do Figueiredo com o Contreiras, ele diz, em um documento oficial, que Ivete ficou de pegar, descoberto no Paraguai pelo Almada, de aplicar o código 12 no Juscelino. O código 12 é matar.

Então, está na hora de a gente continuar e estender essa luta em busca da verdade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Agora nós temos o último inscrito aqui, que é o Cesar Cordaro.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ *(Fora do microfone.)* - E o Cajá.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Com certeza. Você quer usar da palavra? Então vai ser o último. Logo em seguida do Cesar Cordaro, então o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da prefeitura do Município de São Paulo. *(Pausa.)*

Então vai ser o último. Logo em seguida ao Cesar Cordaro, o Edival Cajá vai usar da palavra.

Com a palavra Cesar Cordaro, que é da Comissão da Verdade da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. CESAR CORDARO - Sr. Presidente, Senador Capiberibe, Senadora Ana Rita e demais integrantes da Mesa, é com muita satisfação que eu participo deste evento. Represento aqui a Comissão da Verdade Memória e Verdade, da Prefeitura de São Paulo, recém criada. Essa Comissão foi instalada no dia 25 de setembro passado, tardiamente, mas vem na esteira daquilo que foi muito bem colocado pela Dr^a Eugênia Gonzaga em relação ao cumprimento da condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

São Paulo teve uma atuação importante, foi o centro de tortura onde o maior número de pessoas sofreram as graves violações de direitos humanos, e não havia sentido não haver uma comissão da verdade para analisar e apurar a participação da estrutura do Município nessa cadeia de repressão.

Eu vejo com bastante felicidade o resultado geral do relatório da Comissão da Verdade. Em que pesem as eventuais falhas apontadas, eu acho que o resultado é bastante positivo porque, como já foi dito, ele oficializa a posição do Estado em reconhecer as graves violações de direitos humanos como política de Estado. E, nesse aspecto, eu acho que a conclusão da Comissão Nacional da Verdade foi muito feliz e muito importante.

Acho que o aspecto fundamental da Comissão Nacional da Verdade, a partir desse resultado colhido, foi frisado pelo advogado Wadiah Damous, que é justamente o esforço que deve ser feito agora para que as recomendações da Comissão sejam transformadas em políticas públicas. E que as eventuais lacunas que ocorreram tenham canais institucionais para

que possam ser ampliadas e possam ser preenchidas. Ou seja, como disse o Pedro Dallari, foi uma plataforma a partir da qual efetivamente vai se desencadear a ampliação de todo esse processo que é fundamental para a democracia no Brasil.

E, para encerrar, aqui eu gostaria de falar uma opinião pessoal. Eu acho que nós devemos continuar a perseguir a luta pela realização da justiça. A situação que vivemos hoje e que já foi frisada nos diversos depoimentos, a conduta que a polícia adota em relação ao povo pobre e preto das periferias das grandes cidades, sem dúvida, decorre da impunidade. A impunidade em relação à tortura é inadmissível. A consciência democrática não pode permitir que prevaleça essa impunidade.

E, para responder talvez de uma forma que venha a amenizar a notícia que o companheiro Betinho Duarte leu sobre a posição do Ministro do Supremo, eu gostaria de ressaltar que na ADPF nº 320, que o PSOL promoveu pedindo o cumprimento da sentença da Corte Interamericana...

(Soa a campanha.)

O SR. CESAR CORDARO - ...o Ministério Público - já termino - deu um parecer dizendo que os crimes de natureza permanente devem ser apurados e devem buscar a responsabilidade dos seus agentes. E disse também que os crimes praticados com graves violações de direitos humanos são crimes de lesa-humanidade e não estão sujeitos nem a prescrição nem a anistia.

Era isso o que eu queria dizer, muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito obrigado.

Eu cometi um equívoco aqui, há mais gente na lista; nós temos mais três pessoas e eu vou respeitar aqui a lista, Edival. Temos mais o Vicente Rodrigues e o Paulo Parucker.

Com a palavra o Vicente Rodrigues, que é do Arquivo Nacional Memórias Reveladas.

O SR. VICENTE RODRIGUES - Rapidamente então. Meu nome é Vicente Rodrigues, sou do Arquivo Nacional e da Rede Memórias Reveladas.

Dois pontos que eu ia tratar do relatório, o relatório é muito grande, mas no que se refere aos sapatos, nós, sapateiros do Arquivo Nacional, já demos uma olhada no que é que há de arquivo e de referência aos arquivos da ditadura nesse relatório.

Em primeiro lugar, há 381 referências a acervos, só acervos federais no Tomo I do Volume I. Então, é razoável dizer que foi uma Comissão que trabalhou bem com os arquivos, dentro de tempo, dentro das limitações e com o que ela tinha à mão.

Por outro lado, assim como não houve avanços na identificação dos locais onde estão os desaparecidos políticos, também não houve avanço significativo na localização dos acervos desaparecidos. Talvez inclusive haja uma identidade entre esses dois desaparecimentos, porque os grupos interessados em fazer a informação desaparecer talvez sejam relacionados, ou, muito provável imaginar isso, são relacionados com os que fizeram gente desaparecer.

Então, apenas esses dois aspectos, pontuando que a documentação, embora eu tenha elogiado que a Comissão da Verdade fez um bom trabalho ao utilizar a documentação, é muito grande. Então, ela só arranhou, na verdade, o volume total. Se a gente pegar o volume total da documentação, ela só arranhou, por falta de tempo, por falta de pesquisadores, por falta de possibilidade de tratar vários temas, então é necessário mais pesquisadores.

E o segundo ponto era referenciar talvez essa identidade entre o desaparecimento de acervos e o desaparecimento de pessoas, e, talvez, chegar às pessoas por quem fez desaparecer os acervos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Obrigado. Dando sequência, passo a palavra a Paulo Parucker, da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB.

O SR. PAULO PARUCKER - Muito obrigado, Senador. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e, especialmente, de falar nesse espaço muito simbólico, pois se trata aqui da Subcomissão de Direitos Humanos.

Três aspectos principais para ser bastante rápido. Primeiro: lembrar que esse trabalho do relatório final da Comissão Nacional da Verdade é um trabalho coletivo; devemos dar toda a congratulação possível, mas lembrar que é um trabalho coletivo que envolveu a colaboração das comissões estaduais, das comissões municipais, das comissões setoriais de sindicatos, de universidades, etc., etc.

O segundo aspecto: essa narrativa é uma narrativa historiográfica, é contar uma história, mas ela é também política. E nós sabemos que a justiça não se exerce no vácuo, então cabe a nós darmos sequência a essa pressão política para que consigamos avançar nesse aspecto.

E, por fim, o terceiro aspecto que eu queria ressaltar é que, embora haja essa discussão de 434 vítimas, ou 500, ou 8 mil, eu gostaria de lembrar que é necessário a gente abordar isso com um conceito ampliado de vítimas, não é, porque as graves violações, é claro, sem desmerecer toda a dor das famílias que têm desaparecidos e das pessoas que sofreram torturas, enfim, dos assassinatos, etc - a censura é uma grave violação, a proibição de manifestações é uma grave violação -, todas essas coisas aconteceram com a população, então é preciso que a gente tenha essa noção de que a vítima é também a pessoa comum, é a população do País.

São esses três aspectos que eu gostaria de lembrar. E, por fim, convidá-los a que, em abril de 2015, vamos fazer a entrega do relatório final da Comissão da Verdade da UnB e será um prazer recebê-los nesse momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Muito bem. O último inscrito... Mas antes eu gostaria de registrar a presença do Cláudio Antônio de Almeida, que também faz parte da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB. Muito obrigado pela presença.

O último inscrito é Edival Nunes Cajá, ex-presos político, de Pernambuco.

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ - Bem, eu sou membro da coordenação do Comitê Memória, Verdade e Justiça, de Pernambuco; presidimos o Centro Cultural Manoel Lisboa, de Pernambuco, e fui membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, quando presidida por Dom Helder Câmara.

Fui sequestrado nesse período, torturado barbaramente, e pelo fato de não ter dado uma só informação sobre mim e sobre meus companheiros, então eles iniciaram o processo para o meu assassinato. E a sorte é que, dado o prestígio internacional de Dom Helder, essa tortura veio a público e os estudantes da Universidade Federal iniciaram uma greve, pois eu pertencia à comissão que organizou o 1º ENE e estava organizando o 2º ENE, o Encontro Nacional dos Estudantes, preparatório para reconstituir a UNE. Dessa forma, pude sobreviver por conta dessa greve e por conta das denúncias de Dom Helder no exterior.

Estou falando de mim porque recentemente - a gente está cuidando da memória coletiva, mas também vimos necessidade de cuidar e de registrar a nossa própria memória, pelo menos enquanto a gente tem memória - eu fui à auditoria, junto com o Marcelo Santa Cruz, que é advogado nas horas em que é possível entre a luta pela memória e a luta pelo parlamento lá de Olinda, com uma petição para reivindicar a cópia do processo, um dos primeiros que foi feito contra torturadores. Saí da prisão e, logo em seguida, fiz um processo. Eu e meu advogado, o Dr. Eduardo Chaves Pandolfi, que era o Presidente do Comitê Brasileiro de Anistia em Pernambuco, fomos à Polícia Federal para abrir um processo contra a Polícia.

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDIVAL NUNES CAJÁ - Abrimos o processo. Tentaram nos demover da abertura do processo contra os torturadores. Havia sido uma operação conjunta do DOI-Codi com a Polícia Federal em Pernambuco. Então, tentaram nos demover da abertura desse processo lá. Mas o meu advogado interveio e disse: "Não. Ele tem esse direito. Ele quer abrir o processo. Isso está na Constituição, está no Estatuto? O Regimento da Polícia Federal permite que seus agentes torturem?". Ele disse: "Não, é claro!" "Então, por que ele não pode abri-lo? Ele está ajudando a Polícia Federal, ao trazer os nomes dos torturadores." Então, com essa relutância, abriu-se o processo, e o encaminhamos à Auditoria Militar.

No dia do julgamento, eu fui para lá. Estavam os cinco lá. E, na subida da escada, desde o primeiro andar até eu chegar lá, eles foram me ameaçando dizendo que me pegariam na saída. Então, fui obrigado a falar - meu advogado também, nessa hora, não quis falar - na hora em que abriu a sessão e a perguntar se era possível fazer dentro da Auditoria as ameaças que eu estava sofrendo. Uma mulher estava pela primeira vez lá como auditora. A juíza togada perguntou para os policiais presentes se havia alguém me ameaçando. Disseram: "É claro que não, doutora! Ele está vendo fantasmas."

Então, nesse clima, fizemos esse processo e denunciemos lá. Eles o arquivaram por falta de provas testemunhais. Eles reconheceram as provas documentais, retiradas do IML. O exame de corpo de delito foi feito depois, e as feridas vão sendo apagadas. Havia dez dias de incomunicabilidade. Mesmo depois, estava lá escrito que eu tinha sido ferido com instrumentos contundentes. Então, pegamos uma cópia e a entregamos lá. Mas a Auditoria disse que, apesar de haver provas documentais, faltavam as provas testemunhais e arquivou o processo por falta dessas provas.

Então, fomos pegar a cópia desse processo. Chegamos à Auditoria. Isso não ocorreu no passado, mas agora, seis meses atrás. Não foi isso, Marcelo? (*Pausa.*)

Chegamos lá com o ofício, peticionando a cópia desse processo, que deveria estar lá ou em Brasília. Esperamos um mês, dois meses, e fomos novamente lá. Chegando lá, recebemos a cópia do processo em que fui acusado. Mas disseram que a cópia do processo em que nós acusamos os torturadores tinha sumido. Disseram: "Não existe. Não há mais. Não existe."

Então, o que acho que deveríamos ter incluído nesse relatório? Devemos pugnar, daqui para frente, pela exclusão dessa Justiça e desses tribunais de guerra em época de paz. É extinção simplesmente! Se não há guerra, para que diabos servem essas auditorias e o Superior Tribunal Militar? Para julgarem civil e para julgarem militar? Não estamos em guerra. Por que não se pode reivindicar formalmente a extinção desse aparato caríssimo? Estão construindo edifícios novos para as auditorias e para o Superior Tribunal Militar. Quando não há guerra, isso é uma irracionalidade. Não há motivo para isso. Não há guerra alguma dentro do País. E se estão investindo recursos nisso, quando eles faltam para a educação, para a saúde. Estão construindo prédios de tribunais de guerra!

Então, Sr. Presidente, eu queria falar duas coisas. Uma delas era essa denúncia. Sonegam esses documentos, qualquer documento que tenha prova contra torturador. As várias peças que nós tínhamos, nós as entregamos. Elas estavam lá. Não ficamos com a cópia e não temos acesso a elas, porque se trata de acusação a torturadores.

A segunda questão é a seguinte: realizamos, em Pernambuco, o II Encontro Norte e Nordeste dos Comitês Memória, Verdade e Justiça, e já ficou anunciado o III Encontro no Ceará. A companheira Lúcia Alencar, que estava lá representando o seu Comitê, com mais cinco companheiros, assumiu esse compromisso de realizar esse III Encontro já no início do segundo semestre no Ceará.

Quero afirmar que, enquanto houver um só desaparecido - e são centenas; com certeza, o número está perto de alguns milhares -, os nossos Comitês de Memória, Verdade e Justiça não serão desativados, seguirão em frente. Temos a esperança de encontrar, sim, as circunstâncias e os restos mortais, para dar uma sepultura digna a esses combatentes, a esses heróis do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. PSB - AP) - Estamos chegando ao final desta audiência pública destinada a analisar o relatório da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. Na verdade, a partir de agora, nós vamos ter muito trabalho pela frente, vamos tratar de encaminhar várias questões.

Jarbas, da OAB, da UnB, do Sindicato dos Jornalistas, encaminhe uma cópia para nós, para que a gente possa também solicitar informações, requerer informações junto aos Ministérios, enfim, ver o que é possível fazer dentro da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça da CDH do Senado.

Nós, evidentemente, vamos, sim, tomar algumas medidas nas próximas reuniões da Comissão e apresentar algumas propostas de encaminhamento.

A Eugênia foi embora, mas eu gostaria de dizer que o Brasil melhorou muito, o Brasil da democracia é outro País. Os dados mostram, quando você se debruça na evolução da queda da mortalidade infantil e da expectativa de vida, a gente observa que, no Brasil da democracia, nós fizemos avanços significativos. Tenho certeza de que qualquer tentativa de golpe redundaria, evidentemente, numa guerra civil. Não tem como, não cabe mais, não tem a menor possibilidade de se aceitar um golpe ou uma quebra da institucionalidade. Estamos vivendo o mais longo período de estabilidade democrática no País e não vejo como se quebrar isso sem que se provoque, de fato, uma guerra civil no País. Até porque a vida, de fato, melhorou para amplos segmentos populares, e isso é consequência da democracia. E as pessoas sabem disso. Mesmo sem ter acesso à comunicação para travar esse debate, as pessoas sentem que hoje nós vivemos infinitamente melhor do que viveram os nossos pais e os nossos avós.

Então, isso é o que nos dá a garantia de seguir em frente. O que nós precisamos é fazer com que essas conquistas se consolidem e avancem. Entre elas, evidentemente, a reparação e se fazer justiça, a partir do relatório: mobilizar o Ministério Público, mobilizar a opinião pública, trazer para dentro da Casa o debate. Aqui mesmo temos um problema sério. Todos os dias, para chegar ao meu gabinete, passo por uma ala que é uma homenagem a um torturador. Para quem foi torturado, isso faz com que a gente nunca esqueça. Até hoje não conseguimos modificar isso. A Ala Filinto Müller está aí para mostrar que há uma resistência política, que mostra também outra característica de um País que só muito recentemente está construindo a cultura democrática. Então, ainda temos que avançar muito, mas tenho certeza de que vamos continuar avançando. Quem provou da democracia gostou e não abre mão dela de maneira nenhuma.

Eu queria agradecer a todos aqueles que participaram desse debate riquíssimo, que fortalece a democracia e nos estimula a continuar lutando aqui no Senado. Não somos tantos, mas, com a força que vem dos movimentos sociais, a gente traz aqui para dentro um debate, uma discussão que termina provocando avanços.

Eu queria finalizar convidando todos para o lançamento do livro, que está acontecendo já neste momento, a Senadora Ana Rita se adiantou, e vamos para lá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)